



Henrique Monteiro

Diretor, Unidade de Finanças

O Sr. Henrique Monteiro graduou-se pela Universidade de Griffith, Brisbane, Austrália, com um Mestrado em Finanças. Ele iniciou a sua carreira em 2000 na Agência da Nações Unidas e detém 17 anos de experiência nas áreas de finanças & economia de projetos e finanças corporativas, em ambas as competências técnicas e de gestão. Antes de se juntar à TIMOR GAP como gestor de finanças & economia de projetos, o Sr. Monteiro desempenhou a função de gestor de finanças corporativas na ANP. Em 2015, ele foi nomeado Diretor da Unidade de Finanças da TIMOR GAP.



Jacinta Paula Bernardo

Diretora, Unidade dos Serviços Corporativos

A Sra. Jacinta Bernardo detém um Mestrado de Ciências em Desenvolvimento e Gestão de Recursos Humanos pela Universidade de Salford, Manchester, Reino Unido. A Sra. Bernardo formou-se pela Universidade de Monash, em Melbourne, Austrália, com uma licenciatura em Negócios e Comércio, dupla especialização em Gestão de Recursos Humanos e Gestão; e Gestão de Turismo. A Sra. Bernardo tem mais de 10 anos de experiência profissional em agências internacionais de desenvolvimento, como o Banco Mundial, a Organização Internacional para as Migrações (OIM), Embaixada da Austrália e a Oxfam International. Através destas Agências de Desenvolvimento Internacional, ela adquiriu experiência nas áreas de gestão de projetos, gestão financeira e aprovisionamento, gestão de recursos humanos e administração geral. Atualmente, trabalha na TIMOR GAP como Diretora da Unidade de Serviços Corporativos, cujas principais responsabilidades são gerir e coordenar as atividades de negócio associadas à Gestão de Recursos Humanos, Gestão do Aprovisionamento, Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e Administração Geral. Em 2015, a Sra. Bernardo foi nomeada, pelo Governo de Timor-Leste, Comissária da Comissão da Função Pública para um mandato de 5 anos.

7.1 Quadro de Governação

7.3.1 Lei das Atividades Petrolíferas

A **Lei n.º 13/2005 das Atividades Petrolíferas** refere que no quadro do direito internacional, Timor-Leste goza de direitos de soberania relativos à pesquisa, exploração e gestão dos seus recursos naturais, incluindo os recursos petrolíferos. Todos os recursos petrolíferos existentes no subsolo do seu território, tanto *onshore* como *offshore*

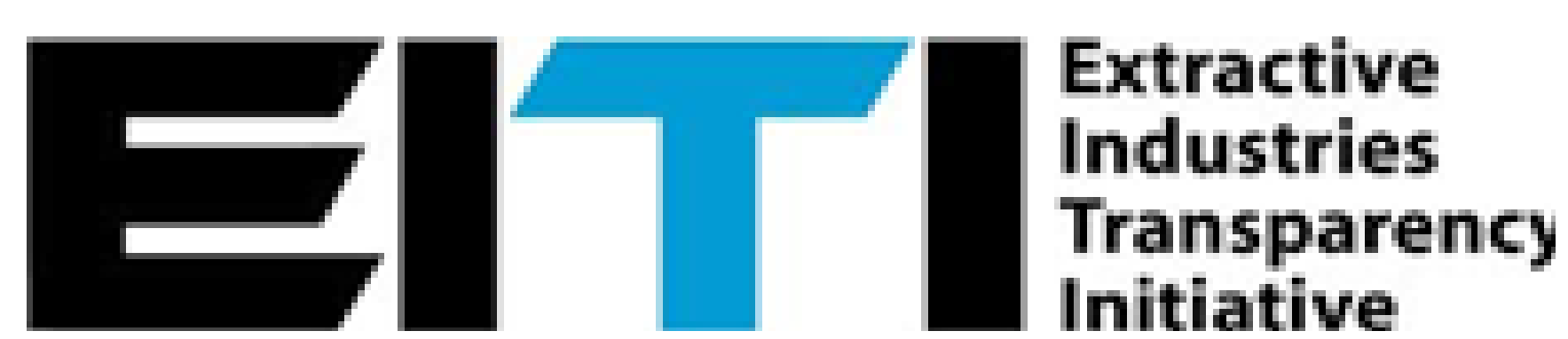
pertencem ao Estado de Timor-Leste. Um dos objetivos desta Lei é assegurar a estabilidade e a transparência na regulação do desenvolvimento dos recursos petrolíferos. Por conseguinte, a Lei é complementada por requisitos de transparência.

7.3.2 Fundo Petrolífero

O Fundo Petrolífero de Timor-Leste foi estabelecido através da **Lei n.º 9/2005 do Fundo Petrolífero**, com o intuito de contribuir para uma gestão sensata para benefício da geração atual e das gerações vindouras. O Fundo Petrolífero contribui para uma política fiscal sólida e será integrado no Orçamento Geral do Estado. O Fundo deve ser gerido de forma prudente e opera de modo aberto e transparente, no quadro constitucional e jurídico.

O **Banco Central de Timor-Leste** é o responsável pela administração do Fundo Petrolífero e o Ministério das Finanças é responsável pela sua gestão em geral e estratégia de investimento. O **Comité de Assessoria para o Investimento do Fundo Petrolífero** emite pareceres de investimentos estratégicos ao Ministério das Finanças relativamente aos investimentos do Fundo Petrolífero.

7.3.3 Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extrativas (ITIE)



Timor-Leste está empenhado na total transparência da contabilidade dos rendimentos provenientes dos recursos petrolíferos, os quais são a maior fonte de receitas do Orçamento Geral do Estado. O nosso compromisso com a transparência está patente na adesão à Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extrativas (ITIE), a qual é uma aliança global de governos, companhias e grupos da sociedade civil colaborando na promoção de uma melhor transparência e gestão responsável das receitas dos recursos naturais. Uma maior transparência no modo como o país gere os seus recursos naturais, tais como o petróleo, gás, metais e minerais, permite assegurar que esses recursos beneficiam todos os cidadãos. Em 2008, Timor-Leste foi admitido como um candidato à implementação do ITIE e

recebeu o **Estatuto de Conformidade** em 2010, o que significa que cumpre todos os requisitos das Normas da ITIE.

As **Normas do ITIE** garantem a divulgação integral dos impostos e outros pagamentos efetuados pelas companhias de petróleo, gás e mineiras ao Governo. Tais pagamentos são divulgados num **Relatório Anual da ITIE**, o qual permite aos cidadãos ter conhecimento dos montantes recebidos pelo Governo provenientes dos recursos naturais do seu país. Timor-Leste elabora Relatórios Anuais da ITIE que divulgam as receitas derivadas da extração dos seus recursos naturais: as companhias divulgam o montante pago em impostos e outros pagamentos e o Governo divulga o montante recebido

7.3.3.1 TL-ITIE

Timor-Leste está orgulhoso em ser o primeiro país do sudeste asiático e o terceiro no mundo a alcançar o Estatuto de Conformidade da ITIE. Em 2007, o Governo de Timor-Leste convidou a sociedade civil e a indústria a nomearem representantes de modo a formarem um Grupo de Trabalho de Intervenientes Múltiplos (*Multi-Stakeholder Working Group* ou MSWG). Após o seu estabelecimento, o MSWG constituiu o gabinete do Secretariado de TL-ITIE, que se encontra em funcionamento desde 2008 e está sob a tutela do anterior Ministério do Petróleo e Recursos Minerais e atual Ministério do Petróleo, com o objetivo de as-

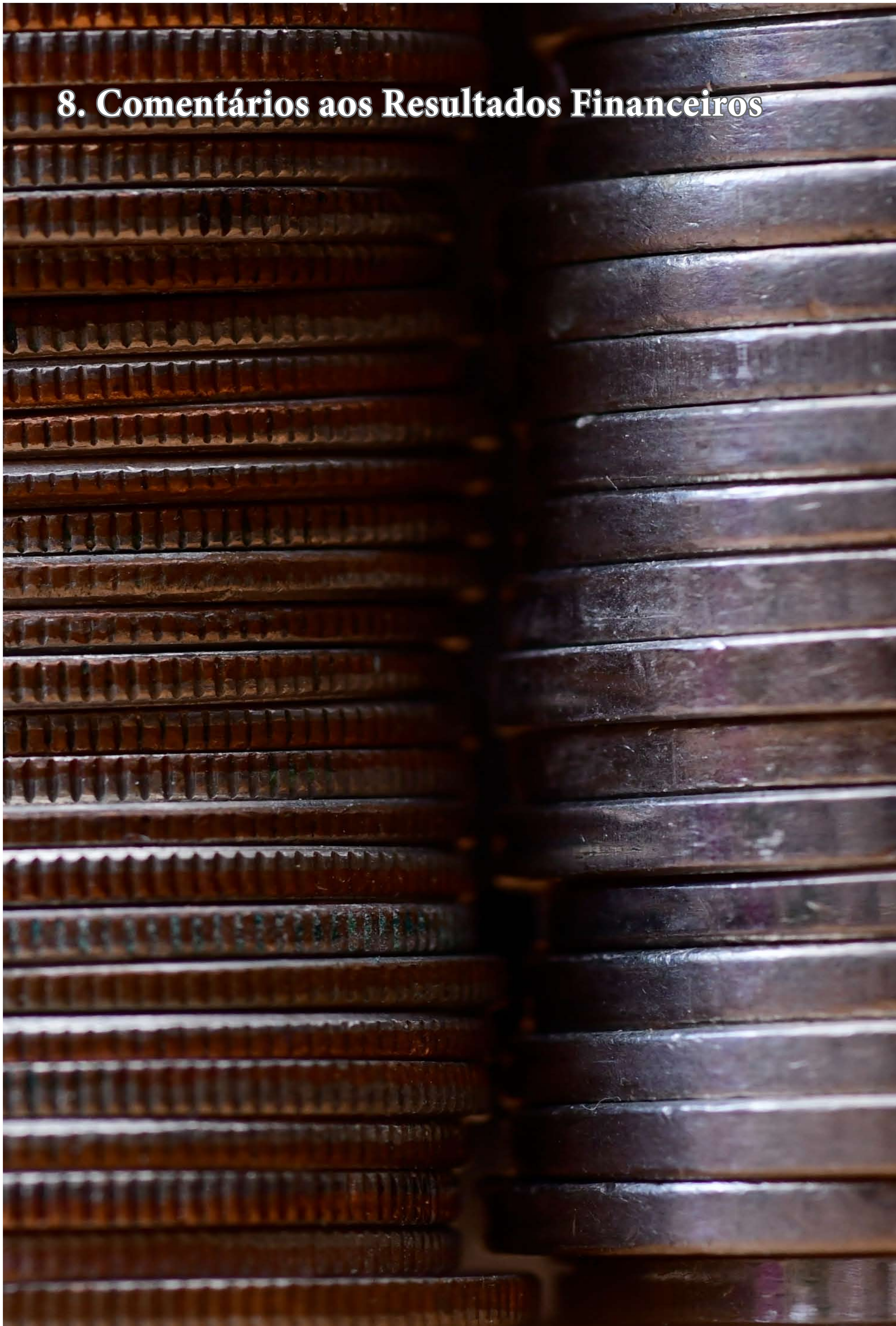
segurar a transparência dos recursos provenientes o setor do petróleo e minerais e garantir o apoio administrativo e técnico ao MSWG.

Em junho de 2012, seis meses após o início das suas atividades, a TIMOR GAP tornou-se uma das poucas companhias nacionais de petróleo no mundo a apoiar a ITIE. A TIMOR GAP, enquanto empresa pública, participa nas reuniões mensais do grupo de trabalho juntamente com os relevantes intervenientes, tais como representantes do Governo (MP, ANPM, Banco Central de Timor-Leste e

Ministério das Finanças), indústria petrolífera, sociedade civil e organizações internacionais. Este grupo de trabalho é responsável por discutir e aprovar, por unanimidade, os relatórios da TL-ITIE, elaborados pelo Administrador Independente selecionado por concurso público, os relatórios suplementares da ITIE, o plano anual e o relatório de progresso. Após a sua aprovação pelo MSWG, os relatórios são publicados pelo Secretariado de acordo com a normas estabelecidas pelo Conselho Internacional da ITIE. Os relatórios publicados pretendem demonstrar de forma transparente os pagamentos feitos pelas companhias extrativas, bem como as receitas arrecadadas pelo Estado (reconciliação).

Ao longo de 2019, a TIMOR GAP continuou a participar nas reuniões mensais do Grupo de Trabalho, abrangendo tópicos como a aprovação e publicação do 10º Relatório de Reconciliação do ITIE de Timor-Leste, o qual inclui informação sobre o Ano Fiscal de 2017. O relatório publicado foi elaborado pelo Administrador Independente, Ernst & Young Audit & Associados – SROC, SA, selecionado de acordo com os Normas do ITIE de 2016, e que contém informações importantes associadas à transparência dos sectores do petróleo e minerais, bem como modelos de recolha de dados financeiros adaptados a cada tipo de instituição.

8. Comentários aos Resultados Financeiros





As demonstrações financeiras auditadas e consolidadas do grupo TIMOR GAP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 encontram-se definidas *infra*. Trata-se do oitavo período de operações do grupo. A TIMOR GAP

adotou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards* ou IFRS) de modo a assegurar que o respetivo reporte é realizado com base num enquadramento de renome.

8.1 Subvenções

Durante o corrente exercício, o Governo atribuiu uma subvenção de \$16.9 milhões (\$9.9 milhões em 2018) para financiar as operações da companhia em 2019, incluindo

a realização de estudos associados à avaliação dos ativos e transações de apoio ao Estudo das Reservas do Greater Sunrise.

8.2 Receitas

À semelhança dos anos anteriores, o subsídio do Governo no valor de \$16.9 milhões (\$9.9 milhões em 2018) constitui a maioria das receitas da TIMOR GAP no exercício de 2019. Embora a companhia dependa do subsídio do Governo para cobrir as principais despesas com projetos, a companhia também gerou rendimentos internamente maioritariamente derivados de negócios de comercialização de combustível, cujas vendas de combustível registaram \$226,983 (\$406,175 em 2018). Adicionalmente, a companhia teve um lucro \$39,620 sobre a venda de ativos tangíveis.

MHS Aviation Lda (GAP-MHS). No decurso do exercício de 2019, nenhum dividendo foi recebido pela TIMOR GAP.

Evento subsequente

A GAP-MHS Aviation, Lda. foi dissolvida em 22 de janeiro de 2020 e obteve o Certificado de Dissolução da Companhia pela Agência de Serviços. Todos os ativos físicos foram depreciados até atingir um valor nulo para efeitos de tributação e comerciais, e a titularidade desses ativos físicos transferida para a TIMOR GAP, E.P. Em 31 de dezembro de 2019, os ativos correntes compreendem dinheiro em caixa no valor de \$206,765.

A companhia detém uma participação de 60% na GAP-

8.3 Contrato 1/2012

O Contrato 1/2012 diz respeito aos estudos de pré-viabilidade anteriormente concluídos e às opções de *pre-Front End Engineering Design* (pre-FEED) para o *design* das instalações marítimas de Beaço, distrito de Viqueque, como parte do projeto de GNL. Em consulta com a SERN (Secretaria de Estado dos Recursos Naturais), a configuração do porto costeiro foi selecionada para o FEED ou a fase de projeto. O projeto será parte da Fábrica de GNL planeada e oferece-nos uma instalação marítima padronizada, a qual

inclui uma ponte-cais, instalação de carregamento de produtos, instalação de descarregamento de materiais, e um pontão de apoio aos gasodutos de transporte do GNL até ao equipamento de carregamento e um quebra-mar. Para além do projeto, foram realizados estudos meteo-oceanográficos para determinar o ambiente físico circundante, tanto do ponto de vista meteorológico como oceanográfico. O contrato foi concluído em 2018 e não tem impacto nas demonstrações financeiras no exercício de 2019.

8.4 Contrato 2/2012

O Contrato 2/2012 diz respeito ao estudo das instalações da refinaria, nomeadamente, o FEED da refinaria de Betano. O objetivo deste projeto corrobora a visão do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Governo de Timor-Leste na obtenção de mais valor acrescentado a partir do petróleo produzido.

O contrato é constituído por cinco principais componentes que incluem o seguinte:

- FEED da refinaria de Betano – que inclui o ISBL e o OSBL, oleoduto, a estrutura da ponte-cais que auxiliará o funcionamento das infraestruturas da refinaria (precisão de 15%-20%); e
- Estudo de Impacto Ambiental e Avaliação de Impacto Social da refinaria de Betano;
- Estudos do terreno;
- Estudos e trabalhos no terreno;
- Estudo de mercado.

No exercício corrente não foram recebidos fundos adicio-

nais do Governo de Timor-Leste para estes projetos uma vez que o valor total do contrato, com a respetiva dedução dos impostos de retenção na fonte, foi recebido em 2012 e 2013. Durante 2019, nenhum custo foi incorrido com os projetos.

A comissão contratual fixa por serviços do projeto é apenas reconhecida como um rendimento com base na percentagem dos custos incorridos até à data comparando com o custo total estimado. Uma vez que não foram incorridos custos com este projeto, nenhuma receita foi reconhecida nas demonstrações financeiras durante o exercício de 2019 (\$3,850 em 2018).

No final do exercício, dos fundos recebidos sobrava o montante de \$891,983 (\$835,233 em 2018) para ser usado em 2021, altura em que se espera que estes projetos sejam concluídos.

8.5 Despesas com Projetos

Os principais projetos com os quais a TIMOR GAP incorreu em despesas durante este período incluem:

- ACDP & Negociações do Greater Sunrise
- Otimização do TLNG Greater Sunrise
- Otimização do Projeto da Refinaria de Betano
- Desenvolvimento dos recursos humanos para o TLNG
- Projeto de re-desenvolvimento do Bayu-Undan
- Outras subsidiárias de negócios no *upstream*
- Projeto de terras & propriedades de Beaço
- Projeto do posto de abastecimento de combustível - estudos
- Projeto da Refinaria
- Base Logística do Suai
- Projeto do Aeroporto do Suai
- Gestão de dados do *upstream* & infraestruturas de TI
- Projeto de avaliação dos ativos e transações de apoio
- Posto de abastecimento de combustível de venda a retalho
- Fornecimento e comercialização de combustível

Estes projetos foram apresentados em detalhe nas Secções 2 a 6 do presente relatório.

8.6 Resultados Financeiros

8.6.1 Lucro Abrangente/Perda do Exercício

O lucro operacional/perda da companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 ascendeu a um montante de \$215,919 (\$872,051 em 2018) e o total do lucro abrangente/perda da TIMOR GAP é de \$181,637 (\$767,964 em 2018).

Na base do grupo, o lucro operacional/perda para o exercício findo a 31 de dezembro de 2019 foi de -\$4,401,657 (-\$1,411,793 em 2018), diminuído pela participação em lucro de associadas (GAP-MHS Aviation, Lda) no resultado de -\$74,955 (-\$103,106 em 2018), o que resultou num Lucro/(Perda) antes de impostos de -\$4,476,612 (-\$1,514,899 em 2018) na base do grupo. O Lucro/(Perda) na base do grupo é ainda diminuído pelas Despesas de Imposto sobre o Rendimento de -\$189,248 (-\$104,087 em 2018) e pela reversão do Ativo por Impostos Diferidos no valor de \$2,419,920 (-\$613,827 em 2018), o qual consiste na reversão da componente do imposto calculado sobre as per-

das acumuladas do grupo. Somando todos os elementos na demonstração de resultados, o total do Lucro Abrangente/(Perda) na base do grupo foi de -\$7,085,780 (-\$1,005,159 em 2018).

A companhia apresenta agora um capital próprio de \$10,532,825 (\$10,351,189 em 2018) e ao nível do grupo o capital próprio é de -\$3,083,960 (\$3,987,209 em 2018). No decorrer do exercício, os outros rendimentos gerados pela companhia através do negócio de comercialização de combustível no Suai ajudaram ligeiramente a exceder as despesas operacionais. Os resultados acumulados da companhia em 31 de dezembro de 2019 são de \$8,032,825 (\$7,851,189 em 2018).

As principais categorias de despesas operacionais incorridas encontram-se definidas *infra*.

8.6.1.1 Despesas com Depreciações e Amortizações

Durante o período, a TIMOR GAP adquiriu ativos tangíveis no valor de \$719,476 (\$54,535 em 2018) conforme estabelecido na Nota 8, e acréscimos de \$147,293 (\$220,356 em 2018) em *software* informático conforme estabelecido na Nota 8 das demonstrações financeiras. Pela primeira vez, a TIMOR GAP adotou a IFRS 16 relativa às normas de contabilização de locações que prevê um único modelo de contabilização para o locatário e exige que o mesmo reconheça os ativos e passivos para todas as locações com um prazo superior a 12 meses, exceto se o ativo subjacente for um ativo de baixo valor. A TIMOR GAP, na qualidade de locatária, deve reconhecer o direito de uso do ativo representando o seu direito de usar o ativo locado subjacente e o passivo de locação que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos de renda. Em resultado do reconhecimento do direito de uso do ativo, há uma capitalização adicional de \$3,073,423 de ativos, a qual resulta igualmente em um aumento no total da depreciação de \$496,626 para o exercício de 2019.

Durante o exercício, a aquisição de ativos tangíveis no

valor de \$719,476 deve-se à compra de um tanque de armazenamento de combustível de aviação Jet A1 no Suai e outras aquisições de ativos de capital respeitantes a Equipamento de Escritório, Móveis e Acessórios e *hardware* de TI no valor de \$190,618. Adicionalmente, a TIMOR GAP satisfaz na totalidade veículos a motor depreciados no valor de \$124,850, através do processo de aprovisionamento e apresentação de propostas aprovado no exercício de 2019. Como resultado da capitalização de novos ativos e disposição de ativos antigos, o valor líquido originado para os ativos tangíveis aumentou para \$785,244 no exercício de 2019.

Tal como estabelecido nas políticas contabilísticas, a TIMOR GAP adotou a depreciação e amortização pelo método das quotas constantes durante o período de vida útil do ativo desde o momento em que foram adquiridos e preparados para a primeira utilização. Durante 2019, a depreciação dos ativos tangíveis ascendeu o valor de \$179,692 (\$194,705 em 2018), e para o *software* informático a amor-

tização para o exercício foi de \$242,913 (\$292,984 em 2018) e o direito de uso de ativos foi de \$496,626 (\$0 em 2018). A depreciação de ativos tangíveis foi ligeiramente reduzida devido à alteração da vida útil estimada dos ativos

8.6.1.2 Custos/Despesas com Pessoal

Em 31 de dezembro de 2019, a TIMOR GAP contava com 131 colaboradores no seu quadro de pessoal (132 colaboradores em 2018). Os custos com o pessoal aumentaram de \$2,964,470 em 2018 para \$3,389,521 em 2019. O aumento

8.6.1.3 Despesas com Projetos

As despesas da companhia com projetos foram maioritariamente para cobrir os honorários de consultoria de projetos como consultoria técnica e jurídica para Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero (ACDP) e Negociações do Greater Sunrise, otimização do TLNG Greater Sunrise e

8.6.1.4 Outras Despesas

As “outras despesas” da companhia mais significativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 incluem os seguintes itens:

Especificação	2019	2018
Despesas de formação & desenvolvimento profissional	111,816	210,578
Despesas com a renda do escritório	73,357	655,325
Despesas de telefone & internet	91,007	106,946
Viagens & despesas	956,517	576,595
Despesas associadas a reuniões do Conselho de Administração	24,310	-
Reparações & manutenção	411,375	46,109
Manutenção do escritório	100,640	-
Despesas gerais	128,511	625,967
Total	1,897,533	2,221,520

As despesas da companhia com honorários de consultoria foram incluídas nas despesas com projetos em 2019 e, portanto, não são indicadas na tabela referente a outras despesas como apresentado no exercício de 2018.

Viagens & despesas incluem despesas relacionadas com a participação em viagens de campo realizadas no âmbito da gestão e administração dos projetos do Tasi Mane. Estas viagens incluem atividades como ligação com a comunidade, apuramento de títulos de terras e propriedades pela equipa interministerial, etc. Adicionalmente, a rubrica Viagens & despesas cobre igualmente várias atividades de desenvolvimento de competências, participação em

no exercício financeiro de 2019. Os custos de amortização incorridos devem-se à capitalização parcial da licença de *software* no exercício de 2019, adquirida para uso da Unidade de Pesquisa & Produção.

nos custos deve-se principalmente a novos recrutamentos e à implementação do Regime Contributivo da Segurança Social do Governo de Timor-Leste.

otimização do projeto da Refinaria de Betano, que são parte integrante do Projeto Tasi Mane. Além disto, as despesas com projetos estão igualmente previstas para o desembolso de despesas gerais de projetos e ligação com a comunidade no âmbito do Projeto Tasi Mane.

workshops e conferências, reuniões, incluindo reuniões da Comissão Conjunta, assim como outras solicitações oficiais do Governo para fins específicos.

As Despesas Gerais dizem respeito a despesas com eletricidade, contratação de serviços externos, equipamentos menores, promoção da organização e outras despesas diversas.

Em linha com o mandato da TIMOR GAP para criar atividades de negócio, os custos da Companhia Nacional de Petróleo na persecução do desenvolvimento da indústria do petróleo e gás são muitas vezes imprevisíveis.

8.7 Tributação

A TIMOR GAP está sujeita à Lei Tributária de 2008. No exercício de 2019, a companhia não estimou qualquer imposto devido à depreciação fiscal em excesso (100% da Depreciação em Ativos de Capital conforme a Lei Tributária do Imposto sobre o Rendimento), a qual resultou em perdas tributáveis (\$104,087 em 2018). Adicionalmente,

até ao exercício de 2018, a TIMOR GAP reconheceu um ativo por impostos diferidos no valor de \$2.4 milhões, principalmente devido aos prejuízos fiscais reportáveis em várias subsidiárias. Em conformidade com a norma IAS 12 – “Imposto sobre o Rendimento”, parágrafo 34, quando uma entidade tem prejuízos fiscais reportáveis, o

ativo por impostos diferidos apenas pode ser reconhecido quando é provável (apoiado por provas convincentes) que seja utilizado. A TIMOR GAP e as suas subsidiárias estão maioritariamente na fase de exploração/avaliação de vários CPP e, consequentemente, não detêm provas de lucros tributáveis num futuro próximo contra os quais os prejuízos fiscais reportáveis possam ser ajustados. Consequentemente, os ativos por impostos diferidos no valor de \$2.4 milhões foram anulados no exercício de 2019.

No decurso do exercício, a companhia pagou atempadamente à Autoridade Tributária de Timor-Leste os impostos retidos na fonte no valor de \$915,688 (\$643,046 em 2018), principalmente deduzidos dos salários e vencimentos efetuados a trabalhadores, pagamentos da renda e pagamentos a fornecedores não-residentes de acordo com as taxas aplicáveis mencionadas no Decreto-Lei de Timor-Leste. A companhia reconheceu um imposto retido na fonte devido no valor de \$143,586 (\$206,853 em 2018), o qual foi deduzido após o fecho do exercício de 2019.

8.8 Demonstrações da Posição Financeira

8.8.1 Ativos Intangíveis em Desenvolvimento

Em 2018, o grupo celebrou um contrato com a ConocoPhillips e a Shell, da Austrália, com o propósito de adquirir os seus respetivos interesses participativos, totalizando um interesse participativo de 56.56% nos campos de petróleo do Greater Sunrise, por um valor total de \$651,677,390. A

transação foi concluída durante o exercício corrente, com a data de entrada em vigor em 16 de abril de 2019. Estes ativos intangíveis foram capitalizados no balanço para o exercício de 2019.

8.8.2 Ativos Correntes

Os ativos correntes incluem os montantes que se esperam que sejam recebidos no prazo de um ano após a data do balanço. Os ativos correntes da companhia totalizam \$14,547,046 (\$12,299,943 em 2018) e incluem pré-pagamentos de \$76,810 (\$55,946 em 2018) e contas a receber de \$332,387 (\$306,146 em 2018), o depósito da renda e outros depósitos reembolsáveis no valor de \$151,838 (\$179,514 em 2018). No final do exercício de 2019, o depósito bancário e o dinheiro em caixa totalizam \$284,902 (\$2,364,787 em 2018).

Até à data, os ativos correntes da Companhia excederam

os seus passivos correntes em \$7,689,146 (\$8,276,536 em 2018), enquanto que para o grupo os passivos correntes excederam os ativos correntes em \$7,456,997 (\$725,829 em 2018). Devido à reversão do ativo por impostos diferidos no valor de \$2.4 milhões, os passivos correntes são superiores aos ativos correntes na base do grupo para o exercício de 2019.

Conforme descrito na Nota 30, as demonstrações financeiras foram preparadas numa base de continuidade, o que pressupõe a realização de ativos e a satisfação de passivos no decurso normal de atividade.

8.8.3 Custos de Empréstimos Obtidos

Para mitigar a sua exposição ao risco de liquidez, o Grupo obteve um empréstimo de \$650 milhões junto do Fundo Petrolífero de Timor-Leste com um período de moratória mais longo, prevendo gerar receitas até lá para cumprir a sua obrigação. Este empréstimo é retirado do Fundo Petrolífero de Timor-Leste com o objetivo de adquirir interesses participativos e direitos no campo de petróleo e gás do Greater Sunrise. O empréstimo não tem garantia e tem uma taxa de juro de 4.5%, com capitalização anual. O prazo do empréstimo é de 18 anos, cujo primeiro reembolso

anual é devido em 15 de março de 2028. Em conformidade com a *International Accounting Standard* (IAS 23), “Custos de empréstimos obtidos”, os custos de empréstimos obtidos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis estão incluídos nos custos desses ativos e não são imputados à Demonstração de Resultados, pelo que estes custos de empréstimos obtidos foram integralmente capitalizados no Balanço como Passivo Financeiro Corrente no exercício de 2019.

8.8.4 Resultados e Capital Próprio

A companhia incorreu num lucro líquido de \$181,637 (\$767,964 em 2018) (Perda do Grupo: -\$7,085,780) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

A companhia tem o capital próprio de \$10,532,825 (\$10,351,189 em 2018), enquanto que o capital próprio do grupo é de -\$3,018,960 (\$3,987,209 em 2018). A diminuição do capital próprio deve-se geralmente à acumulação de perdas no grupo, a qual se prevê que seja recuperada nos próximos anos de operação, à reversão de ativos por impostos diferidos e ainda à adoção das normas IFRS sobre

contabilidade de locação.

A TIMOR GAP encontra-se dependente dos subsídios do governo que sustentem as suas operações até ao momento que a companhia registre um crescimento nas suas atividades comerciais de modo a se tornarem suficientemente autossustentáveis. Nesta fase de desenvolvimento de negócio, a despesa pode ser menos previsível na busca de oportunidades em linha com a visão que Timor-Leste e a TIMOR GAP têm para a indústria do petróleo e gás no país.

9. Demonstrações Financeiras





Relatório & Contas Da TIMOR GAP Para 2019

Demonstração de Resultados e Outro Rendimento Integral para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Valores em USD

Especificação	Notas	Grupo		Companhia	
		Exercício findo em 31 Dez. 19	Exercício findo em 31 Dez. 18	Exercício findo em 31 Dez. 19	Exercício findo em 31 Dez. 18
Receitas					
Receitas de contratos com clientes	4	406,983	410,025	226,983	410,025
Outros rendimentos	5	16,965,012	12,472,492	16,991,773	12,472,492
Receitas (A)		17,371,995	12,882,517	17,218,756	12,882,517
Despesas com projetos		14,618,177	7,898,826	10,548,905	5,977,275
Compra de <i>Stock</i> de Combustível		205,625	403,493	205,625	403,493
(Aumento)/redução em inventários	6	(964)	(43,982)	(964)	(43,982)
Custos com pessoal	7	3,584,650	3,234,483	3,306,275	2,964,470
Despesas de depreciação e amortizações	8	930,222	493,106	919,231	487,690
Custos financeiros de responsabilidades por locações		126,232	-	126,232	-
Outras despesas	9	2,309,710	2,308,384	1,897,533	2,221,520
Total de despesas (B)		21,773,652	14,294,310	17,002,837	12,010,466
Lucro operacional/ (Perda) (C)=(A-B)		(4,401,657)	(1,411,793)	215,919	872,051
Participação em lucro de Empreendimento Conjunto/Associada (D)		(74,955)	(103,106)	-	-
Lucro /(Perda) antes de impostos (E) = (C+D)		(4,476,612)	(1,514,899)	215,919	872,051
Despesa fiscal					
Gastos com impostos sobre o rendimento		189,248	104,087	-	104,087
Custos com impostos diferidos/(Crédito) (Vide Nota 18)		2,419,920	(613,827)	34,282	-
Total da despesa fiscal (F)		2,609,168	(509,740)	34,282	104,087
Lucro /(Perda) depois de impostos (G)= (E-F)		(7,085,780)	(1,005,159)	181,637	767,964
Outro Rendimento Integral (H)					
Total do Outro Rendimento Integral (H)		-	-	-	-
Total do Lucro Abrangente/(Perda) (I)= (G+H)		(7,085,780)	(1,005,159)	181,637	767,964

Relatório & Contas Da TIMOR GAP Para 2019

Especificação	Notas	Grupo		Companhia	
		Exercício findo em 31 Dez. 19	Exercício findo em 31 Dez. 18	Exercício findo em 31 Dez. 19	Exercício findo em 31 Dez. 18
Total do Lucro/(Perda) atribuível a:					
TIMOR GAP, E.P.		(7,289,461)	(1,005,159)	-	-
Interesses Minoritários		203,681	-	-	-
Total do Lucro Abrangente/(Perda) atribuível a:					
TIMOR GAP, E.P.		(7,289,461)	(1,005,159)	-	-
Interesses Minoritários		203,681	-	-	-

As demonstrações *supra* devem ser lidas em conjunto com as notas explicativas 1-38.

Relatório & Contas Da TIMOR GAP Para 2019

Balanço em 31 de dezembro de 2019
Valores em USD

Especificação	Notas	Grupo		Companhia	
		Em 31 Dez. 19	Em 31 Dez. 18	Em 31 Dez. 19	Em 31 Dez. 18
ATIVO					
Ativo não-corrente					
Ativos tangíveis	8	1,576,789	803,578	1,521,015	790,613
Direitos de uso de ativos	8	2,576,797	-	2,576,797	-
Imobilizações em curso		159,869	788,816	159,869	788,816
Ativos intangíveis	8	353,604	449,224	353,604	449,224
Ativos intangíveis em desenvolvimento	10	673,290,100	-	-	-
Ativos financeiros					
Participações financeiras	11	127,071	251,501	365,370	46,000
Ativo por impostos diferidos (líquido)		-	2,419,919	-	-
Total do ativo não-corrente		678,084,230	4,713,038	4,976,655	2,074,653
Ativo Corrente					
Inventários	12	94,084	93,120	94,084	93,120
Ativos financeiros		-	-	-	-
Cientes	13	-	18,937	-	18,937
Caixa e equivalentes de caixa	14	1,178,119	2,822,389	284,902	2,364,787
Empréstimos concedidos	15	-	-	13,607,025	9,281,491
Outros ativos financeiros	16	478,406	388,096	484,225	485,660
Outros ativos correntes	17	79,155	-	76,810	55,946
Total do ativo corrente		1,829,764	3,322,542	14,547,046	12,299,941
Total do ativo		679,913,994	8,035,580	19,523,701	14,374,594
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO					
Passivo					
Passivo não-corrente					
Passivo por impostos diferidos (líquido)	18	-	-	34,282	-
Passivos financeiros					
Empréstimos obtidos	19	671,612,500	-	-	-
Responsabilidades por locações		2,093,144	-	2,093,144	-
Provisões	20	5,550	-	5,550	-
Total do passivo não-corrente		673,711,194	-	2,132,976	-
Passivo corrente					
Passivo financeiro					
Fornecedores	21	6,093,195	1,924,990	3,909,297	1,899,662
Responsabilidades por locações		501,144	-	501,144	-
Outros passivos financeiros	22	-	3,000	13,486	15,500

Relatório & Contas Da TIMOR GAP Para 2019

Especificação	Notas	Grupo		Companhia	
		Em 31 Dez. 19	Em 31 Dez. 18	Em 31 Dez. 19	Em 31 Dez. 18
Provisões	23	1,307,461	946,569	1,111,737	946,568
Outros passivos correntes	24	1,384,960	1,173,812	1,322,236	1,161,675
Total do passivo corrente		9,286,760	4,048,371	6,857,900	4,023,405
Total do passivo		682,997,954	4,048,371	8,990,876	4,023,405
Capital próprio					
Capital social		2,500,000	2,500,000	2,500,000	2,500,000
Resultados acumulados		(5,802,252)	1,487,209	8,032,825	7,851,189
Interesses Minoritários		218,292	-	-	-
Total do capital próprio		(3,083,960)	3,987,209	10,532,825	10,351,189
Total do capital próprio e passivo		679,913,994	8,035,580	19,523,701	14,374,594

As demonstrações *supra* devem ser lidas em conjunto com as notas explicativas 1-38.

Relatório & Contas Da TIMOR GAP Para 2019

Demonstrações das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Valores em USD

i. Capital Social	Especificação	Grupo		Companhia	
		2019	2018	2019	2018
	Capital Social no início do exercício	2,500,000	2,500,000	2,500,000	2,500,000
	Recebido durante o exercício	-	-	-	-
	Capital Social no final do exercício	2,500,000	2,500,000	2,500,000	2,500,000

ii. Resultados Acumulados	Especificação	Grupo		Companhia	
		2019	2018	2019	2018
	Balanço no início do exercício	1,487,209	2,492,368	7,851,189	7,083,224
	Lucro/(Perda) no exercício	(7,289,461)	(1,005,159)	181,637	767,964
	Outro Rendimento Integral	-	-	-	-
	Total do rendimento integral no exercício	(7,289,461)	(1,005,159)	181,637	767,964
	Balanço no final do exercício	(5,802,252)	1,487,209	8,032,825	7,851,189

iii. Interesses Minoritários	Especificação	Grupo		Companhia	
		2019	2018	2019	2018
	Balanço no início do exercício	-	-	-	-
	Na reclassificação de associadas em subsidiárias #	43,164	-	-	-
	Dividendos pagos	(28,553)	-	-	-
	Total do rendimento integral no exercício	203,681	-	-	-
	Balanço no final do exercício	218,292	-	-	-

Durante o exercício, os interesses do grupo na TIMOR GAP Seismic Services, Unipessoal, Lda e South Horizon Offshore Services, Unipessoal, Lda foram considerados interesses que controlam e consolidados rubrica a rubrica (*line to line basis*).

Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Valores em USD

Especificação	Grupo		Companhia	
	Exercício findo em 31 Dez. 19	Exercício findo em 31 Dez. 18	Exercício findo em 31 Dez. 19	Exercício findo em 31 Dez. 18
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro Operacional / (Perda)	(4,476,612)	(1,514,899)	215,919	872,051
Ajustamentos para:				
Despesas de depreciação	930,222	493,106	919,231	487,690
Custos financeiros de direitos de uso de passivos	126,232	-	126,232	-
Dívidas incobráveis / Provisões para dívidas incobráveis	15,377	-	15,377	-
Lucro na venda de ativos tangíveis	(39,620)		(39,620)	
Proveitos derivados de juros	(25,392)		(52,153)	(23,730)
Perda derivada de participações financeiras em associadas	74,955	103,106	-	-
Aumento / (redução) em fornecedores	4,168,205	1,410,066	2,009,635	1,606,939
Aumento / (redução) em outros passivos financeiros correntes	(3,000)	-	(2,014)	(5,000)
Aumento / (redução) em outros passivos correntes	211,147	(62,675)	160,560	(624,223)
Aumento / (redução) em provisões	170,717	-	170,717	387,245
(Aumento) / redução em clientes	3,203	(130,773)	3,560	(18,937)
(Aumento) / redução em empréstimos	-	-	(4,280,879)	(1,549,999)
(Aumento) / redução em outros ativos financeiros	(92,309)	-	8,937	(77,242)
(Aumento) / redução em inventários	(964)	(43,982)	(964)	(43,982)
(Aumento) / redução em outros ativos correntes	(79,155)	-	(20,864)	(55,947)
Imposto sobre o rendimento pago	-	-	-	-
Fluxos de caixa líquidos derivados de (usados em) atividades operacionais (A)	983,005	253,949	(766,326)	954,865
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos para ativos tangíveis e ativos intangíveis	(482,239)	(615,743)	(428,440)	(605,109)
Rendimentos de participações financeiras em associadas	-	-	(319,370)	-
Proveitos derivados de juros	-	-	-	23,730
Lucro da venda de ativos tangíveis	39,620	-	39,620	-
Fluxos de caixa líquidos derivados de (usados em) atividades de investimento (B)	(442,619)	(615,743)	(708,190)	(581,379)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Proveitos de empréstimos obtidos a longo prazo	(1,677,600)	-	-	-
Pagamentos de responsabilidades por locação	(605,369)	-	(605,369)	-
Fluxos de caixa líquidos derivados de (usados em) atividades de financiamento (C)	(2,282,969)	-	(605,369)	-

Relatório & Contas Da TIMOR GAP Para 2019

Especificação	Grupo		Companhia	
	Exercício findo em 31 Dez. 19	Exercício findo em 31 Dez. 18	Exercício findo em 31 Dez. 19	Exercício findo em 31 Dez. 18
Aumento líquido na caixa e equivalentes de caixa (A+B+C)	(1,742,583)	(361,794)	(2,079,885)	373,486
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2,822,389	3,184,183	2,364,787	1,991,301
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício de associadas classificadas como subsidiárias	98,313	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1,178,119	2,822,389	284,902	2,364,787

Notas às políticas contabilísticas
(Valores expressos em USD)

Estas notas são uma parte integral e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras.

1. Informação sobre a Companhia e o Grupo

a. Informação sobre a Companhia

A TIMOR GAP, E.P. ("a Companhia", "a Sociedade-Mãe") é uma sociedade por quotas constituída e estabelecida na República Democrática de Timor-Leste, com sede no Timor Plaza, 3º Andar, Rua Presidente Nicolau Lobato, Comoro, Díli, Timor-Leste.

A TIMOR GAP, E.P. é constituída com o objeto de pesquisar e desenvolver recursos de hidrocarbonetos através de subsidiárias e da comercialização de produtos petrolíferos.

As demonstrações financeiras consolidadas da TIMOR GAP, E.P. e das suas subsidiárias (coletivamente designadas de Grupo) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram emitidas após autorização nos termos da deliberação dos diretores em 18 de junho de 2020.

b. Informação sobre o Grupo

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem:

Subsidiárias:

Firma	Principais atividades	Local de constituição	Participação na titularidade	
			2019	2018
TIMOR GAP PSC 11-106, Unipessoal Lda	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP Oil & Gas Marine and Logistics, Unipessoal, Lda	Serviços de logística e apoio	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP OFFSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK B, Unipessoal, Lda	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK C, Unipessoal, Lda	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP Drilling & Services, Unipessoal, Lda	Serviços de perfuração	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP Chuditch, Unipessoal, Lda	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL2, Unipessoal, Lda.	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL, Unipessoal, Lda.	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-19, Unipessoal, Lda.	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-20, Unipessoal, Lda.	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%

Relatório & Contas Da TIMOR GAP Para 2019

South Horizon Offshore Services, Lda	Serviços de apoio	República Democrática de Timor-Leste	51%	51%
TIMOR GAP Seismic Services, Unipessoal, Lda	Serviços de Levantamento Sísmico	República Democrática de Timor-Leste	60%	60%

Associada:

O Grupo detém uma participação de 60% na GAP-MHS Aviation, Lda. (2018 – 60%). Para mais detalhes, *vide* Nota 34.

2. Sumário das principais políticas contabilísticas

a. Bases de elaboração e consolidação

Bases de elaboração:

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) e as interpretações do *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) aplicáveis às companhias que apresentam o relato financeiro ao abrigo das IFRS.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando referido em contrário nas políticas contabilísticas *infra*.

A elaboração das demonstrações financeiras nos termos das IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas cruciais. Requer igualmente que a administração faça os seus juízos no processo de aplicação das políticas contabilísticas. As áreas envolvem um elevado grau de juízo ou complexidade, ou áreas onde os pressupostos e as estimativas têm o impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Bases de Consolidação:

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2019. O controlo é obtido quando o Grupo está exposto, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na participada e tem a capacidade de influenciar esses retornos através do seu poder sobre a participada. Em especial, o Grupo controla uma participada quando, e apenas se tiver:

- Poder sobre a participada (isto é, os direitos existentes que lhe conferem a efetiva capacidade de dirigir as atividades relevantes da participada)
- Exposição, ou direitos, a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na participada
- A capacidade de utilizar o seu poder sobre a participada para influenciar o seu rendimento.

Em geral, pressupõe-se que a maioria dos direitos de votos resulta em controlo. A fim de apoiar este pressuposto e quando o Grupo tem menos do que uma maioria de voto ou direitos semelhantes de uma participada, o Grupo considera todos os factos e circunstâncias relevantes para avaliar se tem poder sobre a participada, incluindo:

- Acordo(s) com os demais titulares de direitos de voto na participada
- Os direitos decorrentes de outros acordos
- Os direitos de voto e os direitos de voto potenciais do Grupo.

O Grupo reavalia se detém ou não o controlo de uma participada se os factos e as circunstâncias indicarem alterações em um ou mais dos três elementos de controlo. A consolidação de uma subsidiária começa quando o Grupo obtém o controlo sobre a subsidiária e cessa quando o Grupo perde o controlo da subsidiária. Ativos, passivos, receitas e despesas de uma subsidiária adquirida ou alienada durante o exercício estão incluídos na demonstração de rendimento integral a partir da data em que o Grupo obteve o controlo e até à data em que o Grupo deixa de controlar a subsidiária.

Os resultados e cada componente do Outro Rendimento Integral (ORI) são atribuídos aos acionistas da sociedade-mãe do Grupo e a interesses minoritários, mesmo que daí resulte um saldo negativo para os interesses minoritários. Quando necessário, ajustamentos são realizados às demonstrações financeiras das subsidiárias de modo a harmonizar as suas políticas contabilísticas com as políticas contabilísticas do Grupo. Todos os ativos e passivos do intragrupo, capital próprio, rendimentos, despesas, transações, ganhos e perdas não realizados resultantes de transações intragrupo, dividendos e fluxos de caixa relacionados com as transações entre membros do Grupo são eliminados por completo na consolidação.

Uma alteração na percentagem da titularidade de uma subsidiária, que não implique a perda de controlo, é contabilizada como uma transação de titularidade.

Investimento em associada:

Uma associada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participação nas decisões de política financeira e operacional da sociedade objeto do investimento, mas não se trata de controlo ou controlo conjunto dessas políticas. O investimento do Grupo na associada é contabilizado segundo o método de equivalência patrimonial.

Segundo o método de equivalência patrimonial, o investimento numa associada ou num empreendimento conjunto é inicialmente reconhecido como custo. O valor contabilístico do investimento é ajustado para reconhecimento das alterações nas participações do Grupo no ativo líquido da associada ou no empreendimento conjunto desde a data da aquisição. O *trespasse (Goodwill)* respeitante à associada ou empreendimento conjunto é incluído no valor contabilístico do investimento e não é amortizado, nem é individualmente considerado como imparidade.

b. Classificação corrente versus não-corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos na demonstração da posição financeira com base na classificação corrente/não-corrente. Um ativo é corrente quando:

- Se antecipa que seja realizado, vendido ou consumido no decurso do ciclo operacional normal
- É detido essencialmente com a finalidade de ser negociado
- Se antecipa que seja realizado num prazo inferior a doze meses após o período de reporte

Ou

- Quando se trata de caixa ou equivalentes de caixa, exceto caso existam restrições quanto à sua troca ou utilização para liquidar um passivo durante num prazo de, no mínimo, doze meses após o período de reporte

Todos os outros ativos são classificados como não-correntes.

Um passivo é corrente quando:

- Se antecipa que seja liquidado no decurso do ciclo operacional normal
- É detido essencialmente com a finalidade de ser negociado
- Se antecipa que seja liquidado num prazo de doze meses após o período de reporte

Ou

- Quando não existe qualquer direito incondicional para diferir a liquidação do passivo num prazo de, no mínimo, doze meses após o período de reporte

Os termos do passivo que poderão, por opção da contraparte, resultar na sua liquidação através da emissão de um instrumento de capital próprio não afetam a sua classificação.

A Companhia classifica os restantes passivos como não-correntes.

Ativos e passivos por impostos diferidos são classificados como passivos e ativos não-correntes.

c. Receitas

i) Receitas resultantes de contratos com clientes

As receitas provenientes da produção de hidrocarbonetos, nas quais o grupo detém uma participação com outros contratantes, são reconhecidas com base no interesse participativo da Companhia no Contrato de Partilha de Produção.

As receitas provenientes da venda de produtos petrolíferos são reconhecidas quando as obrigações contratuais são cumpridas. As obrigações contratuais são cumpridas quando o controlo dos bens é transferido para o comprador, normalmente com a entrega dos mesmos.

As receitas provenientes da prestação de serviços sísmicos e de perfuração são reconhecidas ao longo do tempo por referência à fase de conclusão da atividade, num montante que reflete a contraprestação à qual a Companhia tem direito pelo fornecimento desses bens ou serviços.

A receita é reconhecida no montante que reflete a contraprestação à qual a Companhia tem direito pelo fornecimento desses bens ou serviços.

As receitas provenientes de comissões contratuais fixas por serviços são reconhecidas por referência à fase de conclusão do contrato como uma percentagem do valor total do contrato da despesa efetivamente incorrida com o projeto.

ii) Outros rendimentos

Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que o subsídio será recebido e que todas as condições conexas serão cumpridas. Quando o subsídio se refere a um item de despesa, é reconhecido como rendimento numa base sistemática durante os períodos em que os custos relacionados, pelos quais se pretende compensar, são lançados. Quando o subsídio se refere a um ativo, é reconhecido como receita em montantes iguais ao longo da vida útil esperada do respetivo ativo.

d. Tributação

Imposto sobre o rendimento corrente

O imposto sobre o rendimento de ativos e passivos correntes é calculado sobre o montante que se estima recuperável junto das, ou pago pelas autoridades tributárias. As taxas de imposto e as leis fiscais usadas para calcular o montante são as aprovadas ou substantivamente aprovadas, à data do reporte em Timor-Leste onde a companhia opera e gera rendimento tributável.

O imposto sobre o rendimento corrente relativo a itens reconhecidos diretamente no capital próprio é reconhecido no capital próprio e não na demonstração dos resultados. A administração avalia periodicamente as posições adotadas nas declarações fiscais no que respeita a situações em que as leis fiscais estão sujeitas a interpretação e estabelece provisões, conforme apropriado.

Imposto diferido

O imposto diferido é calculado de acordo com o método da responsabilidade de balanço com base nas diferenças temporárias entre as bases de tributação dos ativos e passivos e os seus valores contabilísticos para finalidades de reporte financeiro à data de reporte. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, o reporte de créditos fiscais não utilizados e quaisquer prejuízos fiscais não utilizados. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos até ao limite que seja provável a obtenção de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis, e o reporte de créditos fiscais não utilizados e prejuízos fiscais não utilizados possam ser utilizados.

O valor contabilístico do ativo por impostos diferidos é revisto à data de cada relatório e deduzido até ao limite que deixe de ser provável que suficiente lucro tributável fique disponível para permitir que toda ou parte do ativo por impostos diferidos possa ser utilizado. Ativos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados à data de cada relatório e reconhecidos até

ao limite que seja provável que lucros tributáveis futuros permitam que o ativo por impostos diferidos seja recuperado.

O imposto diferido relativo a itens reconhecidos fora dos resultados, é reconhecido fora dos resultados. Os itens por impostos diferidos são reconhecidos em correlação a transações subjacentes, quer no ORI ou diretamente no capital próprio

e. Moeda Estrangeira

A administração determinou que o ambiente económico principal em que a Companhia opera, isto é, a moeda funcional, é o dólar dos Estados Unidos da América. As demonstrações financeiras são apresentadas em dólares dos Estados Unidos da América.

Transações e balanços

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registadas pelas entidades da companhia na moeda funcional na respetiva taxa de câmbio à vista (*spot*) em vigor na data na qual a transação se qualifica inicialmente para reconhecimento.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a taxa de câmbio à vista vigente na data do relatório.

As diferenças resultantes da liquidação ou conversão de itens monetários são reconhecidas nos resultados.

Os itens não monetários que estejam mensurados ao custo histórico numa moeda estrangeira devem ser transpostos usando a taxa de câmbio da data da transação inicial. Os itens não monetários que estejam mensurados ao justo valor numa moeda estrangeira devem ser transpostos usando as taxas de câmbio da data em que o justo valor foi determinado. Os ganhos ou perdas resultantes da conversão dos itens não monetários mensurados ao justo valor são tratados de acordo com o reconhecimento do ganho ou perda na alteração a justo valor do item (isto é, diferenças de conversão nos itens cujo justo valor do ganho ou perda é reconhecido no ORI ou nos resultados são também reconhecidos no ORI ou nos resultados, respetivamente).

Na determinação da taxa de câmbio à vista a utilizar no reconhecimento inicial do respetivo ativo, despesa ou rendimento (ou parte dele) no desreconhecimento de um ativo ou passivo não monetário relativo à retribuição antecipada (*advance consideration*), a data de uma transação é a data em que a companhia inicialmente reconhece o ativo ou passivo não monetário resultante da retribuição antecipada. Caso existam múltiplos pagamentos ou recebimentos em adiantado, a companhia determina a data de transação para cada pagamento ou recebimentos da retribuição antecipada.

f. Ativos tangíveis

As construções em desenvolvimento são declaradas pelo custo líquido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas, caso existam. As instalações e equipamentos são declarados pelo custo líquido de depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas, caso existam. Estes custos incluem o custo de substituição de partes das instalações e equipamentos e os custos de empréstimos obtidos para projetos de construção a longo prazo, caso os critérios de reconhecimento sejam cumpridos. Quando é necessária a substituição a intervalos regulares de partes significativas de instalações e equipamentos, a companhia procede à sua depreciação em separado com base na vida útil específica dos mesmos. Do mesmo modo, quando é realizada uma inspeção significativa, o seu custo é reconhecido como uma substituição no valor contabilístico da instalação e equipamento, caso os critérios do reconhecimento sejam cumpridos. Todos os outros custos de reparação e manutenção são reconhecidos nos resultados, conforme incorridos. O valor presente da estimativa dos custos de desmantelamento para um ativo após a sua utilização, está incluído no custo do respetivo ativo, caso os critérios do reconhecimento para a provisão sejam cumpridos.

A depreciação é calculada com base no método linear durante a vida útil esperada dos ativos. Durante 2019, a vida útil e valor residual dos ativos foram revistos com base numa estimativa técnica e para harmonizar com a Decisão Pública emitida pelo Ministério das Finanças, da República Democrática de Timor-Leste, do seguinte modo:

Relatório & Contas Da TIMOR GAP Para 2019

Classe dos Ativos	Exercícios Anteriores		Em vigor desde 2019	
	Vida Útil (Anos)	Valor Residual	Vida Útil (Anos)	Valor Residual
Edifício	20	NULO	20	20%
Benfeitorias em Imóveis Arrendados	7	NULO	7	20%
Máquinas & Equipamento	10	NULO	10	20%
Móveis & Acessórios	5	NULO	8	NULO
Veículos a Motor	6	NULO	6	20%
Hardware Informático	3	NULO	3	NULO
Software Informático	3	NULO	3	NULO
Equipamento de Escritório	4	NULO	4	NULO
Outros Ativos Intangíveis	4	NULO	4	NULO

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação são revistos no final de cada exercício anual, com o efeito de quaisquer mudanças a ser reconhecido de forma prospetiva.

Um item de ativos tangíveis e qualquer parte significativa inicialmente reconhecido é desconsiderado mediante a sua disposição (por ex. a data em que o destinatário obtém o controlo) ou quando não são expectáveis quaisquer benefícios futuros com sua utilização ou disposição. Qualquer ganho ou prejuízo resultante do desreconhecimento do ativo (calculado como a diferença entre os resultados líquidos da disposição e o valor contabilístico do ativo) é incluído na demonstração de resultados quando o ativo é desreconhecido.

g. Locações

A companhia avalia no início do contrato se este constitui, ou contém, uma locação. Isto é, se o contrato transfere o direito de controlar o uso do ativo identificado durante um certo período de tempo, em troca de uma contrapartida.

Companhia como locatária

A companhia aplica uma abordagem de reconhecimento e mensuração única para todas as locações, exceto locações de curto prazo ou locações de ativos de baixo valor, como por exemplo, inferiores a USD 5,000. A companhia reconhece passivos de locações para efetuar pagamentos de rendas e direitos de uso de ativos representando o direito de uso do ativo subjacente.

i) Direitos de uso de ativos

A companhia reconhece um direito de uso de um ativo na data de início do contrato de arrendamento (por ex.: na data em que o ativo subjacente é avaliado para uso). O direito de uso do ativo é mensurado ao custo, menos qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade, e ajustado por quaisquer remensurações da responsabilidade de locação. O custo do direito de uso do ativo inclui o valor da responsabilidade de locação reconhecido, custos diretos iniciais incorridos, pagamentos de locação feitos em ou antes da data de início, deduzido de quaisquer incentivos de locação recebidos. O direito de uso do ativo é depreciado utilizando o método de depreciação linear com base no mais baixo prazo da locação e vida útil estimada dos ativos.

ii) Responsabilidade por locações

Na data de início do contrato de locação, a companhia reconhece a responsabilidade por locações mensurada pelo valor presente dos pagamentos de rendas a serem realizados ao longo do prazo da locação. Estes pagamentos de locação incluem os pagamentos fixos (incluindo os pagamentos fixos em substância), menos quaisquer incentivos à locação a receber, pagamentos variáveis de locação que dependam de um índice ou taxa, e quantias que deverão ser pagas pelo locatário a título de garantias de valor residual.

No cálculo do valor presente dos pagamentos da locação, a companhia utiliza a sua taxa de juro incremental na data de início da locação, uma vez que a taxa de juro implícita na locação não pode ser facilmente determinada. Após a data de início, o montante da responsabilidade da locação é aumentado para refletir o acréscimo da taxa e reduzida nos pagamentos de locação efetuados. Adicionalmente, o valor contabilístico do passivo da locação é remensurado caso existam modificações, alterações no prazo de locação, alterações nos pagamentos da locação (por ex.: alterações em futuros pagamentos derivadas da alteração no índice ou taxa utilizado na determinação desses pagamentos) ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

O sumário dos expedientes práticos selecionados na aplicação inicial é, de seguida, apresentado:

1. Aplicada uma taxa de desconto única a uma carteira de locações de ativos semelhantes, num contexto económico semelhante e com um prazo semelhante.
2. Aplicada a isenção de não reconhecer o direito de uso dos ativos e passivos de locações com ativos de baixo valor e um prazo inferior a 12 meses a contar da data de aplicação inicial.
3. Excluídos os custos diretos iniciais da mensuração do ativo sob direito de uso à data de aplicação inicial.
4. Aplicado o expediente prático no que respeita à avaliação anterior de contratos que são, ou contêm, locação (“*grandfathering*”). Em conformidade, a IFRS 16 é apenas aplicada a contratos que eram previamente identificados como locações ao abrigo da IAS 17.
5. Utilizada a análise retrospectiva para determinar se o prazo da locação dispõe de opções de renovação ou rescisão da locação.

h. Custos de empréstimos obtidos

Os custos de empréstimos obtidos atribuídos diretamente à aquisição, construção e produção de um ativo que necessariamente demora um período de tempo substancial a ficar preparado para a pretendida utilização ou venda, são capitalizados como parte do custo do ativo. Todos os outros custos de empréstimos obtidos são registados como gastos no exercício em que são incorridos. Os custos de empréstimos obtidos consistem em juros e outros custos que a entidade incorre em conexão com o empréstimo de fundos.

i. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos em separado são calculados no reconhecimento inicial enquanto custo. O custo dos ativos intangíveis adquiridos numa concentração de atividades empresariais é o seu justo valor à data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são transportados enquanto custo menos qualquer amortização acumulada e perdas acumuladas por imparidade.

Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e a despesa associada é refletida nos resultados do exercício no qual a despesa é incorrida.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada em finita e indefinida. Os ativos intangíveis com vida finita são amortizados sobre a vida económica útil e avaliados para imparidades quando exista uma indicação de que o ativo intangível possa originar imparidade. O período de amortização e o método de amortização de um ativo intangível com vida finita são revistas, pelo menos, no final do exercício de cada período de reporte. Um ativo intangível com vida útil indefinida não é amortizado. O ativo intangível com vida útil indefinida é testado quando à imparidade ao abrigo do IAS 36 através da comparação anual da sua quantia recuperável com o seu valor contabilístico e quando exista qualquer indicação de que o ativo intangível possa originar imparidade. A vida útil de um ativo intangível que não seja amortizado é revista a cada período de reporte para determinar se os eventos e circunstâncias continuam a apoiar a avaliação da vida útil indefinida para esse ativo. Caso isso não se verifique, a alteração da avaliação da vida útil de indefinida para finita é contabilizada como alteração numa estimativa contabilística de acordo com IAS 8.

Um ativo intangível é desreconhecido mediante a sua disposição (por ex. a data em que o destinatário obtém o controlo) ou quando não são expectáveis quaisquer benefícios futuros com sua utilização ou disposição. Qualquer ganho ou prejuízo resultante do desreconhecimento do ativo (calculado como a diferença entre os resultados líquidos da disposição e o valor contabilístico do ativo) é incluído na demonstração de resultados.

Custos de Exploração e Avaliação, Desenvolvimento e Produção

(i) Custos de pré-aquisição

As despesas incorridas antes da obtenção do(s) direito(s) de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás são registadas como gastos do exercício, quando incorridos.

(ii) Custos de aquisição

Os custos de aquisição abrangem todos os custos incorridos com a compra, aluguer ou de outro modo incorridos com a aquisição de propriedade ou direito de minerais provados ou não provados, no caso da aquisição de interesses participativos num ativo de petróleo ou gás e são contabilizados do seguinte modo:

Fase de exploração e desenvolvimento

Os custos de aquisição relativos a projetos em exploração e desenvolvimento são inicialmente contabilizados como Ativos Intangíveis em Desenvolvimento ou Imobilizações em Curso - ativos de petróleo e gás, respetivamente. Tais custos são contabilizados através da transferência de ativos de petróleo e gás (Ativos Tangíveis) quando o poço de um campo/projeto estiver pronto para dar início à produção comercial. Em caso de abandono, estes custos são anulados.

Fase de Produção

Os custos de aquisição dos ativos de produção de petróleo e gás são capitalizados sob os ativos de petróleo e gás (Ativos Tangíveis) e amortizados utilizando o método das unidades de produção sobre as reservas prováveis dos ativos subjacentes.

(iii) Custos de pesquisa

Os custos das atividades de pesquisa e prospeção conduzidas na procura de petróleo e gás são registados como gastos de exploração no exercício em que são incorridos.

(iv) Ativos de petróleo e gás em desenvolvimento – Poços de desenvolvimento em curso

Todos os custos associados a poços de desenvolvimento são inicialmente capitalizados como poços de desenvolvimento em curso (Imobilizações em curso) e transferidos para ativos de petróleo e gás (Ativos Tangíveis) após a sua conclusão.

(v) Custos de produção

Os custos de produção incluem as despesas antes e depois da cabeça do poço, incluindo as amortizações e os custos operacionais aplicáveis ao equipamento e instalações de apoio.

j. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio de outra entidade.

i) Ativos financeiros**Reconhecimento inicial e mensuração**

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao justo valor por resultado integral e ao justo valor por resultados.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características contratuais do fluxo de caixa do ativo financeiro e do modelo de negócios que a companhia utiliza na sua gestão. À exceção dos clientes, que não contêm uma componente financeira significativa ou para os quais a companhia aplicou o expediente prático, a companhia inicialmente mensura um ativo financeiro pelo justo valor, acrescentando os custos das transações, caso o ativo financeiro não seja mensurado ao justo valor por resultados. Os Clientes que não contêm uma componente financeira significativa ou para os quais a companhia aplicou o expediente prático, são mensurados ao preço da transação conforme divulgado na secção Receitas de contratos com clientes.

Para que o ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor por resultado integral, necessita de originar fluxos de caixas “exclusivamente para pagamentos de capital e juros” (SPPI) no

montante de capital em dívida. Esta avaliação é designada de teste SPPI e executada a nível do instrumento. Os ativos financeiros com fluxos de caixa que não são considerados SPPI, são classificados e mensurados ao justo valor por resultados, independentemente do modelo de negócios.

O modelo de negócios da companhia aplicado na gestão de ativos financeiros refere-se ao modo como os ativos financeiros são geridos a fim de gerarem fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa irão resultar na obtenção de fluxos de caixa contratuais, venda de ativos financeiros, ou ambos. Os ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são detidos no modelo de negócios com o objetivo de deter o ativo financeiro a fim de obter fluxos de caixa contratuais, enquanto que os ativos financeiros classificados e mensurados ao justo valor por resultado integral são detidos no modelo de negócios com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais e para venda.

Mensuração subsequente

Para efeitos de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)
- Ativos financeiros ao justo valor por resultado integral com reciclagem de ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívida)
- Ativos financeiros ao justo valor por resultado integral sem reciclagem de ganhos e perdas acumuladas após o desreconhecimento (instrumentos de capital próprio)
- Ativos financeiros ao justo valor por resultados

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente através do método da taxa de juro efetiva e estão sujeitos a imparidade. Os ganhos e perdas são reconhecidos nos resultados quando o ativo é desreconhecido, transferido ou está em imparidade.

Os ativos financeiros ao custo amortizado da companhia incluem clientes, empréstimo a associada e empréstimo a diretor, incluídos sob outros ativos financeiros não-correntes.

As restantes três categorias de mensuração subsequente de ativos financeiros não são aplicáveis a qualquer ativo financeiro da companhia.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte do ativo financeiro ou parte de um ativo financeiro semelhante da companhia) é primariamente desreconhecido (isto é, retirado da demonstração da posição financeira) quando o ativo financeiro é transferido e a companhia transfere substancialmente todos os riscos e prémios da titularidade do ativo para outra parte, e quando os direitos a receber fluxos de caixa do ativo tenham expirado.

Imparidade dos ativos financeiros

O Grupo aplica a “abordagem simplificada” no reconhecimento das perdas de crédito por imparidade para as contas a receber. A aplicação da abordagem simplificada não requer que o Grupo monitorize as alterações no risco de crédito. Por sua vez, reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil em cada data de relato, imediatamente a partir do seu reconhecimento inicial.

As perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil consistem nas perdas de crédito esperadas resultantes de todas as situações de *default* prováveis ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. Os 12 meses das perdas de crédito esperadas é uma proporção da vida útil das perdas de crédito esperadas que resulta de situações de *default* prováveis que aconteçam no prazo de 12 meses após o final do exercício.

As perdas de crédito esperadas é a diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos ao grupo em conformidade com o contrato e todos os fluxos de caixa que a entidade espera receber (por ex.: todos os défices), descontados com base no método da taxa de juro efetiva inicial. Na estimativa dos fluxos de caixa, é requerido que a entidade considere todos os termos contratuais do instrumento financeiro (incluindo pré-pagamentos, extensões, etc.) ao longo da vida útil expectável do instrumento financeiro.

ii) *Passivos Financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao justo valor por resultados, empréstimos concedidos e empréstimos obtidos, contas a pagar, ou como derivados designados de instrumentos de cobertura numa cobertura eficaz, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, no caso de empréstimos concedidos e empréstimos obtidos e contas a pagar, líquido de custos de transação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, responsabilidades por locação e empréstimos obtidos.

Mensuração subsequente

Para efeitos de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao justo valor por resultados (não aplicável a qualquer instrumento financeiro da companhia)
- Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos concedidos e empréstimos obtidos)

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos concedidos e empréstimos obtidos)

Esta é a categoria de maior relevo para a companhia. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos concedidos e empréstimos obtidos com taxas de juros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado com base no método da taxa de juro efetiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos nos resultados, quando os passivos são desreconhecidos, assim como através do processo de amortização com base no método da taxa de juro efetiva.

O custo amortizado é calculado pela contabilização de qualquer desconto ou prémio na aquisição e tarifas ou custos que sejam parte integral do método da taxa de juro efetiva. A amortização pelo método da taxa de juro efetiva é incluída como custo financeiro na demonstração de resultados. Esta categoria aplica-se geralmente a empréstimos concedidos e empréstimos obtidos com taxas de juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação ao abrigo do passivo for cumprida ou cancelada ou caducar.

k. Imparidade dos ativos não-financeiros

A companhia avalia, em cada data de reporte, se há alguma indicação de que o ativo possa originar imparidade. Se existe qualquer indicação de imparidade, ou quando é necessário realizar o teste de imparidade anual para um ativo, a companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o justo valor mais elevado de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa (UGC) menos o custo de disposição e o seu valor em uso. O valor recuperável é determinado para um ativo individual, exceto se o ativo não gere fluxos de caixa que sejam maioritariamente independentes daqueles de outros ativos ou ativos da companhia. Quando o valor contabilístico de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa (UGC) é superior ao seu valor recuperável, o ativo é considerado como imparidade e reduzido ao seu valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são anualmente testados para imparidade ao nível da Unidade Geradora de Caixa (UGC), conforme apropriado, ou quando as circunstâncias indicam que o valor contabilístico possa estar em imparidade.

A Companhia estima o valor recuperável das reservas de hidrocarbonetos em conformidade com os princípios apresentados no enquadramento do *Petroleum Resources Management Reporting System* (PRMS).

l. Caixa e depósitos a curto prazo

A caixa e depósitos a curto prazo apresentados na demonstração da posição financeira abrange o dinheiro em depósitos bancários e em caixa, e depósitos de elevada liquidez a curto prazo com uma maturidade igual ou

inferior a três meses, que são facilmente convertidos para uma determinada quantia conhecida de dinheiro e estão sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

m. Inventários

Os inventários incluem mercadorias transacionadas e são avaliados ao custo mais baixo e ao valor realizável líquido. O custo de inventários inclui o custo de aquisição, custos de frete e outros custos incorridos com o transporte do inventário para a sua atual localização e condição. O custo das mercadorias transacionadas é determinado com base na média ponderada.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda numa transação normal de negócios, deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

A comparação entre o custo e o respetivo valor realizável líquido é realizada item por item.

n. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou contratual) em resultado de um evento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação e pode ser feita uma estimativa credível do montante da obrigação. Quando a companhia espera que algumas ou todas as provisões sejam reembolsadas, como por exemplo, ao abrigo de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso é praticamente certo. A despesa associada à provisão é apresentada na demonstração de resultados, líquida de quaisquer reembolsos

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa antes de impostos atual que reflita, quando apropriado, os riscos específicos do passivo. Quando é utilizado o desconto, o aumento da provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como um custo financeiro.

o. Benefícios do pessoal

i) Obrigações a curto prazo

As responsabilidades por renumerações e salários, incluindo benefícios não monetários estimados que sejam liquidados na totalidade no prazo de 12 meses após o final do exercício no qual os empregados prestam os respectivos serviços, são reconhecidas relativamente aos serviços prestados pelos empregados até ao final do exercício e são mensuradas à quantia prevista que seja paga quando as responsabilidades são liquidadas. As responsabilidades são apresentadas no balanço como obrigações correntes com benefícios do pessoal.

ii) Outras obrigações com benefícios a longo prazo do pessoal

a. Plano de contribuição definida

Segurança Social: a contribuição para a segurança social é efetuada à autoridade reguladora, onde o grupo e a Companhia não detêm nenhuma outra obrigação. Estes benefícios são classificados como Esquema de Contribuição Definida na medida que a Companhia não possui quaisquer outras obrigações, exceto as contribuições efetuadas mensalmente, que são apresentadas na demonstração de resultados.

b. Outros benefícios a longo prazo

Ausências Compensadas: as ausências compensadas acumuladas, que se espera que sejam aproveitadas ou compensadas no prazo de 12 meses após o final do exercício, são tratadas como benefícios a curto prazo do pessoal. A obrigação para com os mesmos é mensurada pelo custo esperado da acumulação de ausências permitidas como a quantia adicional que se espera que seja paga, em resultado do direito não utilizado no final do exercício.

As ausências compensadas acumuladas, que se espera que sejam aproveitadas ou compensadas num prazo superior a 12 meses após o final do exercício, são tratadas como outros benefícios a longo prazo do pessoal. A responsabilidade da Companhia é determinada actuarialmente (usando o método de *Projected Unit Credit*) no final

de cada exercício. Os ganhos e perdas actuariais são reconhecidos na demonstração de resultados no exercício em que ocorrem.

As licenças apenas podem ser contabilizadas na descontinuação do serviço pelo empregado.

p. Mensuração do justo valor

O justo valor é definido como o preço a ser recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo numa transação regular entre os participantes do mercado à data de mensuração. A mensuração do justo valor é baseada no pressuposto que a transação da venda do ativo ou transferência do passivo ocorre quer:

- No mercado principal do ativo ou passivo, ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo acessível à Companhia.

Todos os ativos e passivos cujo justo valor é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados na hierarquia do justo valor, descrita *infra*, com base no nível de *input* mais baixo significativo para a mensuração do justo valor como um todo:

- Nível 1 – O justo valor é determinado com base em cotações do preço de mercados (não ajustado) em mercados ativos, para ativos e passivos idênticos
- Nível 2 - O justo valor é determinado com recurso a técnicas de avaliação, cujo *input* de nível mais baixo significativo para a mensuração do justo valor é direta ou indiretamente observável no mercado
- Nível 3 - O justo valor é determinado com recurso a técnicas de avaliação, cujo *input* de nível mais baixo significativo para a mensuração do justo valor não é observável no mercado.

q. Alterações às políticas contabilísticas e divulgação

Novas e alteradas normas e interpretações

IFRS 16 – Locações

A IFRS 16 vem substituir a IAS 17 – Locações, IFRIC 4 – Determinar se um contrato possui uma locação, SIC 15 – Locações operacionais – Incentivos e SIC 27 – Avaliar a substância de transações envolvendo a forma legal de uma locação. A norma determina como se deve reconhecer, mensurar, apresentar e divulgar as locações e requer que os locatários reportem a maioria das locações no balanço.

A contabilidade do locador nos termos da IFRS 16 mantém-se substancialmente inalterada em relação à IAS 17. Os locadores continuarão a classificar as locações como operacionais ou financeiras, utilizando princípios semelhantes aos da IAS 17. Por conseguinte, a IFRS 16 não tem impacto nas locações em que a companhia é o locador.

O Grupo adotou uma abordagem retrospectiva modificada com a data de aplicação inicial em 1 de janeiro de 2019, reconhecendo o direito de uso dos ativos e passivos por locação financeira para as locações anteriormente classificadas como locações operacionais, com exceção das locações a curto prazo e das locações de ativos de baixo valor. Os ativos do direito de uso foram reconhecidos com base no montante igual ao passivo da locação, ajustado por quaisquer pagamentos de locação pré-pagos e acumulados anteriormente reconhecidos. As responsabilidades com locações foram reconhecidas com base no valor presente dos pagamentos de locações remanescentes, descontadas à taxa de juro incremental à data da aplicação inicial. A nova norma não tem um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Alteração à IFRS 9: Elementos de pré-pagamento com compensação negativa

Ao abrigo do IFRS 9, um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor por resultado integral, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam "apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante de capital em dívida" (o critério SPPI) e o instrumento seja detido dentro do modelo de negócios apropriado para essa classificação. As alterações ao IFRS 9 esclarecem que um ativo financeiro passa o critério SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alteração não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e da Companhia.

Alteração à IAS 19: Alterações, reduções e liquidações de planos de benefício definidos

As alterações à IAS 19 abordam a contabilização quando uma alteração, redução e liquidação de plano de benefício definido ocorre durante um exercício de relato. As alterações especificam que quando uma alteração, redução e liquidação de plano de benefício definido ocorre durante um exercício anual, uma entidade determine o custo do serviço atual e os juros líquidos para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano, com base na utilização de pressupostos atualizados para remensurar o passivo (ativo) líquido de benefícios definidos que refletem os benefícios oferecidos segundo o plano e os ativos do plano após esse evento. Uma entidade também é obrigada a determinar o juro líquido para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano, utilizando o passivo (ativo) líquido de benefícios definidos que reflete os benefícios oferecidos segundo o plano e os ativos do plano após esse evento, e a taxa de desconto usada para remensurar esse passivo (ativo) líquido de benefícios definidos.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, uma vez que não se registaram alterações, reduções ou liquidações de planos de benefício definidos durante o exercício.

Alteração à IAS 28: Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos

As alterações clarificam que uma entidade aplica a IFRS 9 a investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos, que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, em substância, formam parte do investimento líquido em associadas ou empreendimentos conjuntos (interesses de longo-prazo). Esta clarificação é relevante porque implica que o modelo de perdas de crédito previstas na IFRS 9 se aplica a estes interesses de longo-prazo. As alterações esclareceram igualmente que, ao aplicar a IFRS 9, uma entidade não contabiliza quaisquer perdas da associada ou empreendimento conjunto, ou quaisquer perdas por imparidade no investimento líquido, reconhecidas como ajustamentos no investimento líquido na associada ou empreendimento conjunto, que resultem da aplicação da IAS 28 Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas, na medida em que o Grupo não tem interesses a longo-prazo em associada e empreendimento conjunto.

IAS 12: Impostos sobre o rendimento

As alterações clarificam que o impacto fiscal da distribuição de dividendos está diretamente mais ligado a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que a distribuições aos titulares. Por isso, uma entidade reconhece as consequências dos dividendos nos resultados, outro rendimento integral ou capital próprio consoante onde a entidade registou originalmente a transação ou evento que deu origem aos dividendos.

A alteração não tem impacto significativo nas demonstrações financeiras do grupo.

IAS 23: Custos de empréstimos obtidos

As alterações esclarecem que uma entidade trata como parte de empréstimos genéricos obtidos, qualquer empréstimo originalmente obtido para desenvolver um ativo qualificável, quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar esse ativo para o seu uso pretendido ou venda estiverem completas.

Uma vez que a prática corrente do Grupo está conformidade com estas alterações, as mesmas não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

r. Juízos contabilísticos significativos, estimativas e pressupostos

A elaboração das demonstrações financeiras da companhia exige à administração que faça juízos, estimativas e elabore pressupostos que tenham impacto no reporte dos montantes da companhia, despesas, ativos e passivos, e as respetivas divulgações, e a divulgação de passivos contingentes. A incerteza relativa a estes pressupostos e estimativas podem dar origem a resultados que exijam um ajustamento substancial em exercícios futuros do valor contabilístico dos ativos ou passivos afetados.

Juizos

As áreas que requerem juízos e estimativas mais significativos na elaboração das demonstrações financeiras são: valor contabilístico recuperável dos ativos; provisões e contingências; benefícios pós-emprego e imparidade dos ativos financeiros, onde uma estimativa apresenta um risco significativo de resultar num ajustamento substancial em exercícios futuros do valor contabilístico dos ativos ou passivos.

3. Normas alteradas emitidas, mas não efetivas

Novas e alteradas normas e interpretações que foram emitidas, mas ainda não são efetivas até à data de emissão das demonstrações financeiras da companhia, são divulgadas *infra*. A companhia pretende adotar estas novas e alteradas normas e interpretações, se aplicável, quando as mesmas se tornem efetivas.

IFRS 17 Contratos de seguro

A nova IFRS 17 irá substituir a IFRS 4 Contratos de Seguro (IFRS 4), emitida em 2005. O objetivo geral da IFRS 17 é proporcionar um modelo contabilístico para os contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras.

Esta norma não é aplicável à companhia.

Alterações à IFRS 3: Definição de negócio

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócio na IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais, a fim de ajudar as entidades a determinar se a aquisição de um conjunto de atividades e ativos é considerada como um negócio ou não. As alterações esclarecem os requisitos mínimos para um negócio, removem a avaliação sobre se os participantes do mercado são capazes de substituir quaisquer elementos em falta, adicionam orientações para ajudar as entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, restringem as definições de um negócio e de *outputs*, e introduzem a opção do teste de concentração de justo valor. Novos exemplos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações.

Uma vez que as alterações são aplicadas prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na ou após a data da primeira aplicação, a companhia não será afetada por estas alterações na data da transição.

Alterações à IAS 1 e IAS 8: Definição de materialidade

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e ao IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, de modo a harmonizar a definição de "material" entre as normas e clarificar certos aspetos da definição. A nova definição estabelece que "a informação é material se se puder razoavelmente considerar que a sua omissão, distorção ou ocultação poderá influenciar as decisões que os utentes primários das demonstrações financeiras de carácter geral tomarão com base nessas mesmas demonstrações financeiras, que fornecem a informação financeira respeitante a uma determinada entidade que relata."

Não se prevê que as alterações à definição de material tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da companhia.

4. Receitas de contratos com clientes

Especificação	Grupo		Companhia	
	2019	2018	2019	2018
Rendimento gerado pelo negócio de comercialização de combustíveis	226,983	406,175	226,983	406,175
Rendimento gerado pela prestação de serviços sísmicos	180,000	-	-	-
Comissões fixas de contratos	-	3,850	-	3,850
	406,983	410,025	226,983	410,025

5. Outros rendimentos

Especificação	Grupo		Companhia	
	2019	2018	2019	2018
Subsídio recebido do Governo	16,900,000	9,948,762	16,900,000	9,948,762
Rendimento gerado pela pesquisa <i>farm-out</i> no <i>onshore</i>	-	2,500,000	-	2,500,000
Lucro sobre a venda de ativos tangíveis	39,620	-	39,620	-
Proveitos derivados de juros	25,392	23,730	52,153	23,730
	16,965,012	12,472,492	16,991,773	12,472,492

6. (Aumento) / redução em inventários

Especificação	Grupo		Companhia	
	2019	2018	2019	2018
Stock de combustível inicial	93,120	49,138	93,120	49,138
Stock de combustível final	94,084	93,120	94,084	93,120
	(964)	(43,982)	(964)	(43,982)

7. Custos com pessoal

Especificação	Grupo		Companhia	
	2019	2018	2019	2018
Os custos com pessoal (incluindo diretores) abrangem:				
Vencimentos e salários	3,206,679	3,234,483	2,944,139	2,796,670
Contribuição definida com custos de pensões	182,842	-	167,132	167,800
Outros benefícios a longo prazo do pessoal	170,013	-	170,013	-
Benefícios/direitos extrassalariais (<i>Staff Welfare</i>)	25,116	-	24,991	-
	3,584,650	3,234,483	3,306,275	2,964,470

8. Ativos tangíveis

Grupo

Especificação	Tangíveis						Intangíveis		Direitos de uso #	
	Benfeitorias em imóveis arrendados	Máquinas & equipamento	Veículos a motor	Edifícios	Equipamento de escritório	Utensílios e acessórios	Hardware de TI	Total de Tangíveis		Software de TI
Valor Bruto										
Balanço inicial em 1 de janeiro de 2019	492,403	91,156	739,540	547,503	186,701	423,797	741,043	3,222,142	1,556,640	1,556,640
Acréscimos	-	719,476	53,000	-	46,476	16,191	128,751	963,894	147,293	147,293
Deduções/ ajustamentos	-	-	124,850	-	-	-	-	124,850	-	-
Balanço em 31 de dezembro de 2019	492,403	810,632	667,690	547,503	233,177	439,988	869,794	4,061,186	1,703,933	1,703,933
Depreciação acumulada/ amortização/imparidade										
Balanço inicial em 1 de janeiro de 2019	492,403	60,599	536,821	73,075	173,837	414,684	667,145	2,418,564	1,107,416	1,107,416
Encargos no exercício	-	20,823	54,392	14,332	9,706	4,120	87,310	190,683	242,913	242,913
Deduções/ ajustamentos	-	-	124,850	-	-	-	-	124,850	-	-
Balanço em 31 de dezembro de 2019	492,403	81,422	466,363	87,407	183,543	418,804	754,455	2,484,397	1,350,329	1,350,329
Valor Contabilístico Líquido:										
31 de dezembro de 2019	0	729,210	201,327	460,096	49,634	21,184	115,339	1,576,789	353,604	353,604

Especificação	Tangíveis						Intangíveis		Direitos de uso	
	Benfeitorias em imóveis arrendados	Máquinas & equipamento	Veículos a motor	Edifícios	Equipamento de escritório	Utensílios e acessórios	Hardware de TI	Total de Tangíveis		Software de TI
Valor Bruto										
Balanço inicial em 1 de janeiro de 2018	492,403	91,156	739,540	547,503	180,826	423,310	682,233	3,156,970	1,468,880	1,468,880
Acréscimos	-	-	-	-	5,875	487	58,810	65,172	220,356	220,356
Deduções/ ajustamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	132,596	132,596
Balanço em 31 de dezembro de 2018	492,403	91,156	739,540	547,503	186,701	423,797	741,043	3,222,142	1,556,640	1,556,640
Depreciação acumulada/ amortização/imparidade										
Balanço inicial em 1 de janeiro de 2018	488,761	37,752	495,104	45,637	159,921	391,986	599,280	2,218,442	814,432	814,432
Encargos no exercício	3,642	22,847	41,717	27,438	13,916	22,698	67,865	200,122	292,984	292,984
Deduções/ ajustamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Balanço em 31 de dezembro de 2018	492,403	60,599	536,821	73,075	173,837	414,684	667,145	2,418,564	1,107,416	1,107,416
Valor Contabilístico Líquido:										
31 de dezembro de 2018	0	30,557	202,719	474,428	12,864	9,113	73,898	803,578	449,224	449,224
										-

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, ativos resultantes de locações nos quais o Grupo é locatário foram contabilizados ao abrigo da IFRS 16. O Grupo aluga os espaços destinados aos escritórios. O prazo de locação inicial para os mesmos é de 5 anos com uma cláusula de renovação.

Companhia

Especificação	Tangíveis						Intangíveis		Direitos de uso #
	Benfeitorias em imóveis arrendados	Máquinas & equipamento	Veículos a motor	Edifícios	Equipamento de escritório	Utensílios e acessórios	Hardware de TI	Total de Intangíveis	
Valor Bruto									
Balanço inicial em 1 de janeiro de 2019	492,403	91,156	739,540	547,503	185,801	422,970	721,543	3,200,916	-
Acréscimos	-	719,476	-	-	46,476	15,391	128,751	910,094	3,073,423
Deduções/ ajustamentos	-	-	124,850	-	-	-	-	147,293	-
Balanço em 31 de dezembro de 2019	492,403	810,632	614,690	547,503	232,277	438,361	850,294	1,703,933	3,073,423
Depreciação acumulada/ amortização/imparidade									
Balanço inicial em 1 de janeiro de 2019	492,403	60,599	536,821	73,075	173,537	414,470	659,398	2,410,303	-
Encargos no exercício	-	20,823	49,799	14,332	9,500	3,956	81,282	179,692	496,626
Deduções/ ajustamentos	-	-	124,850	-	-	-	-	242,913	-
Balanço em 31 de dezembro de 2019	492,403	81,422	461,770	87,407	183,037	418,426	740,680	2,465,145	-
Valor Contabilístico Líquido:									
31 de dezembro de 2019	0	729,210	152,920	460,096	49,240	19,935	109,614	1,521,015	496,626

Especificação	Tangíveis						Intangíveis		Direitos de uso
	Benfeitorias em imóveis arrendados	Máquinas & equipamento	Veículos a motor	Edifícios	Equipamento de escritório	Utensílios e acessórios	Hardware de TI	Total de Intangíveis	
Valor Bruto									
Balanço inicial em 1 de janeiro de 2018	492,403	91,156	739,540	547,503	180,826	422,970	671,983	3,146,381	-
Acréscimos	-	-	-	-	4,975	-	49,560	220,356	-
Deduções/ ajustamentos	-	-	-	-	-	-	-	132,596	-
Balanço em 31 de dezembro de 2018	492,403	91,156	739,540	547,503	185,801	422,970	721,543	3,200,916	-
Depreciação acumulada/ amortização/imparidade									
Balanço inicial em 1 de janeiro de 2018	488,761	37,752	495,104	45,637	159,921	391,929	596,493	2,215,597	-
Encargos no exercício	3,642	22,847	41,717	27,438	13,616	22,541	62,905	194,706	-
Deduções/ ajustamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Balanço em 31 de dezembro de 2018	492,403	60,599	536,821	73,075	173,537	414,470	659,398	2,410,303	-
Valor Contabilístico Líquido:									
31 de dezembro de 2018	0	30,557	202,719	474,428	12,264	8,500	62,145	790,613	-

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, ativos resultantes de locações nos quais a Companhia é locatária foram contabilizados ao abrigo da IFRS 16. A Companhia aluga os espaços destinados aos escritórios. O prazo de locação inicial para os mesmos é de 5 anos com uma cláusula de renovação.

Relatório & Contas Da TIMOR GAP Para 2019

9. Outras despesas

Especificação	Grupo		Companhia	
	2019	2018	2019	2018
Despesas de formação & desenvolvimento de pessoal	126,862	210,578	111,816	210,578
Despesas de renda do escritório	183,727	655,325	73,357	655,325
Despesas de telefone & internet	91,698	108,241	91,007	106,946
Viagens & despesas	1,071,331	639,081	956,517	576,595
Despesas associadas a reuniões do Conselho de Administração	84,270	-	24,310	-
Reparações & manutenção	420,761	46,109	411,375	46,109
Manutenção do escritório	107,716	-	100,640	-
Outras despesas gerais	223,345	649,050	128,511	625,967
Total	2,309,710	2,308,384	1,897,533	2,221,520

10. Ativos intangíveis em desenvolvimento

Especificação	Grupo		Companhia	
	2019	2018	2019	2018
Custo				
Balanço inicial	-	-	-	-
Despesas durante o exercício* (Vide Nota-32)	651,677,600	-	-	-
Custos de empréstimos obtidos capitalizados	21,612,500	-	-	-
Balanço final	673,290,100	-	-	-
Imparidade Acumulada				
Balanço inicial	-	-	-	-
Concedido durante o exercício	-	-	-	-
Balanço final	-	-	-	-
Valor Contabilístico	673,290,100	-	-	-
	673,290,100	-	-	-

*As despesas incluem \$210 incorridos com encargos bancários.

Os custos de aquisição correspondem a custos pela aquisição de propriedade ou direitos minerais de reservas de petróleo e gás provadas ou não provadas que estão atualmente em fase de Pesquisa / Desenvolvimento; tais custos serão transferidos para ativos de petróleo e gás após o início da produção comercial do projeto ou são anulados em caso de abandono do projeto de exploração.

11. Investimentos

Especificação	Grupo		Companhia	
	2019	2018	2019	2018
Investimento em subsidiárias, avaliado ao custo de				
TIMOR GAP PSC 11-106, Unipessoal Lda	-		5,000	5,000
TIMOR GAP Oil & Gas Marine and Logistics, Unipessoal, Lda	-		5,000	5,000
TIMOR GAP Seismic Services, Unipessoal, Lda	-		3,000	-
TIMOR GAP OFFSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda (SPV)	-		5,000	5,000
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda	-		5,000	5,000
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK B, Unipessoal, Lda	-		5,000	5,000
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK C	-		5,000	5,000
TIMOR GAP Drilling & Services, Unipessoal, Lda	-		5,000	5,000
TIMOR GAP Chuditch, Unipessoal, Lda	-		5,000	5,000
TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL2	-		5,000	-
TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL	-		5,000	-
TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-19	-		5,000	-
TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-20	-		5,000	-
Investimento em subsidiárias contabilizado pelo justo valor *				
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda	-		299,370	-
Investimento em associadas, avaliado ao custo de				
GAP - MHS Aviation Lda	127,071	202,026	3,000	3,000
TIMOR GAP Seismic Services, Unipessoal, Lda	-	14,860	-	3,000
South Horizon Offshore Services, Unipessoal, Lda	-	34,615	-	-
	127,071	251,501	365,370	46,000

* A sociedade-mãe concedeu um empréstimo à TIMOR GAP ONSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda. O empréstimo é isento de juros e reembolsável quando esta última começar a gerar receitas a partir do bloco *onshore*. Portanto, o investimento é efetuado pela contabilidade da avaliação do justo valor do empréstimo concedido.

12. Inventários

Especificação	Grupo		Companhia	
	2019	2018	2019	2018
Inventário – Combustível	94,084	93,120	94,084	93,120
	94,084	93,120	94,084	93,120

13. Clientes

Especificação	Grupo		Companhia	
	2019	2018	2019	2018
Clientes	4,615	18,937	4,615	18,937
Menos: Provisões para imparidade de clientes	(4,615)	-	(4,615)	-
	-	18,937	-	18,937

Relatório & Contas Da TIMOR GAP Para 2019

O movimento da imparidade para contas a receber é o seguinte:

Especificação	Grupo		Companhia	
	2019	2018	2019	2018
Provisão inicial para imparidade de contas a receber	-	-	-	-
Adição: Aumento durante o exercício	4,615	-	4,615	-
Menos: Contas a receber anuladas durante o exercício como incobráveis	-	-	-	-
Provisão final para imparidade de contas a receber	4,615	-	4,615	-

14. Caixa e equivalentes de caixa

Especificação	Grupo		Companhia	
	2019	2018	2019	2018
Dinheiro em caixa	7,485	14,719	4,870	11,738
Depósitos bancários	1,170,634	2,807,670	280,032	2,353,049
	1,178,119	2,822,389	284,902	2,364,787

15. Empréstimos concedidos

Especificação	Grupo		Companhia	
	2019	2018	2019	2018
Empréstimos a subsidiárias	-	-	13,875,979	9,550,445
Menos: Imparidade do empréstimo	-	-	(268,954)	(268,954)
	-	-	13,607,025	9,281,491

O movimento da imparidade para empréstimo é o seguinte:

Especificação	Grupo		Companhia	
	2019	2018	2019	2018
Provisão inicial para imparidade de empréstimo	-	-	268,954	268,954
Adição: Aumento durante o exercício	-	-	-	-
Menos: Reversão durante o exercício	-	-	-	-
Provisão final para imparidade de empréstimos	-	-	268,954	268,954

16. Outros ativos financeiros

Especificação	Grupo		Companhia	
	2019	2018	2019	2018
Outras contas a receber	146,562	208,582	332,387	306,146
Depósitos reembolsáveis - Outros	151,844	179,514	151,838	179,514
Ativos resultantes de contratos – receitas não faturadas	180,000	-	-	-
	478,406	388,096	484,225	485,660

Vide divulgação de entidades relacionadas.

Outras contas a receber são geralmente recebidas à vista e estão isentos de juros.

17. Outros ativos correntes

Especificação	Grupo		Companhia	
	2019	2018	2019	2018
Despesas pré-pagas	79,155	-	76,810	55,946
	79,155	-	76,810	55,946

18. Ativos por Impostos Diferidos /(Passivos)

O imposto diferido é calculado na totalidade sobre as diferenças temporárias com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira, utilizando uma taxa de tributação de 10%.

O balanço inclui diferenças temporárias atribuíveis a:

Especificação	Grupo		Companhia	
	2019	2018	2019	2018
Passivos por Impostos Diferidos - Valor líquido dos ativos tangíveis	(321,158)	-	(321,158)	-
	(321,158)	-	(321,158)	-
Ativos por Impostos Diferidos - Prejuízos fiscais reportáveis	265,425	2,419,919	231,143	-
- Provisões	55,733	-	55,733	-
	321,158	2,419,919	286,876	-
Ativos por Impostos Diferidos /(Passivos)	-	2,419,919	(34,282)	-

O Grupo reconheceu os ativos por impostos diferidos apenas na medida dos passivos por impostos diferidos e, consequentemente, os ativos por impostos diferidos no valor de \$2,419,919 sobre prejuízos fiscais não utilizados reconhecidos até ao exercício anterior foram revertidos, de modo prudente, durante o exercício. Estes prejuízos fiscais não utilizados no valor de \$10,618,829, podem ser reportados por um período indefinido, de acordo com a lei tributária do imposto sobre o rendimento em vigor, para compensação contra lucros tributáveis futuros.

Relatório & Contas Da TIMOR GAP Para 2019

Reconciliação da despesa com imposto sobre o rendimento e lucro contabilístico multiplicado pela taxa de imposto da Companhia:

Especificação	Grupo		Companhia	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes de impostos	(4,476,612)	(1,411,793)	215,919	872,051
Taxa de tributação aprovada em Timor-Leste	10%	10%	10%	10%
Cálculo da estimativa do imposto devido	-	-	21,592	87,205
Despesas não autorizadas ao abrigo da Lei Tributária do Imposto sobre o Rendimento	-	-	68,356	-
Diferença entre a depreciação fiscal e a depreciação contabilística	-	21,280	(321,158)	21,280
Depreciação fiscal em excesso que origina uma perda tributável	-	-	231,210	-
Lucro da Sociedade-Mãe/Subsidiária incluído na perda do grupo sujeito a tributação	189,248	87,205	-	-
Outros		(4,398)		(4,398)
Despesa com imposto sobre o rendimento	189,248	104,087	-	104,087

19. Empréstimos obtidos

Especificação	Grupo		Companhia	
	2019	2018	2019	2018
Empréstimos do Fundo Petrolífero*	671,612,500	-	-	-
	671,612,500	-	-	-

* O empréstimo é retirado do Fundo Petrolífero de Timor-Leste com o objetivo de adquirir interesses participativos e direitos no campo de petróleo e gás do Greater Sunrise, conforme explicado na Nota 32. O empréstimo não tem garantia e tem uma taxa de juro de 4.5%, com capitalização anual. O prazo do empréstimo é de 18 anos, cujo primeiro reembolso anual é devido em 15 de março de 2028.

20. Provisões (para licenças do pessoal)

Especificação	Grupo		Companhia	
	2019	2018	2019	2018
Provisão para benefícios a longo prazo do pessoal	5,550	-	5,550	-
	5,550	-	5,550	-

21. Fornecedores

Especificação	Grupo		Companhia	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores	6,093,195	1,924,990	3,909,297	1,899,662
	6,093,195	1,924,990	3,909,297	1,899,662

Fornecedores são geralmente pagáveis à vista e estão isentos de juros.

22. Outros passivos financeiros

Especificação	Grupo		Companhia	
	2019	2018	2019	2018
Outras contas a pagar	-	-	13,486	15,500
Devidos a Entidade Relacionada - Associada (TIMOR GAP Seismic Services, Unipessoal, Lda)	-	3,000	-	-
	-	3,000	13,486	15,500

Vide divulgação de entidades relacionadas. Outras contas a pagar são geralmente pagáveis à vista e estão isentas de juros.

23. Provisões

Especificação	Grupo		Companhia	
	2019	2018	2019	2018
Provisão para benefícios a longo prazo do pessoal	551,748	387,245	551,748	387,245
Provisão para imposto sobre o rendimento	755,713	559,324	559,989	559,323
	1,307,461	946,569	1,111,737	946,568

24. Outros passivos correntes

Especificação	Grupo		Companhia	
	2019	2018	2019	2018
Proveitos diferidos (Vouchers pré-pagos)	72,681	-	72,681	-
Montantes devidos ao Governo	420,297	281,830	357,573	269,693
Adiantamentos recebidos do Governo para trabalhos de projetos	891,982	891,982	891,982	891,982
	1,384,960	1,173,812	1,322,236	1,161,675

25. Capital social e resultados acumulados

O capital social e resultados acumulados são apresentados na Demonstração de Alterações no Capital Próprio.

26. Passivo contingente

Não há passivo contingente a registar em 31 de dezembro de 2019 ou correspondente ao exercício anterior findo em 31 de dezembro de 2018.

27. Instrumentos Financeiros de Gestão de Risco

Grupo

Os ativos financeiros do Grupo compreendem clientes e contas a receber, investimentos e caixa & equivalentes de caixa. Os passivos financeiros compreendem empréstimos obtidos, responsabilidades por locações, fornecedores e outras contas a pagar. O Grupo está exposto a riscos de crédito e riscos de liquidez. O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro ou de uma obrigação contratual, conduzindo a uma perda financeira. Até à data, o Grupo não espera qualquer perda contabilizada por perda de crédito.

O risco de liquidez é o risco de o Grupo não cumprir as suas obrigações. Para mitigar a sua exposição ao risco de liquidez, o Grupo obteve um empréstimo junto do Fundo Petrolífero de Timor-Leste com um período de moratória mais longo, prevendo gerar receitas até lá para cumprir a sua obrigação. O Grupo também recebe apoio do Governo de Timor-Leste para financiar as suas operações e espera continuar a receber o seu apoio no futuro. A tabela *infra* apresenta a calendarização das saídas de caixa relacionadas com responsabilidades por locações e empréstimos obtidos:

Companhia

Os ativos financeiros da Companhia compreendem clientes, outras contas a receber, empréstimos concedidos, investimentos e caixa & equivalentes de caixa. Os passivos financeiros compreendem responsabilidades por locações, fornecedores e outras contas a pagar. A Companhia está exposta a riscos de crédito e riscos de liquidez.

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro ou de uma obrigação contratual, conduzindo a uma perda financeira. A Companhia concede empréstimos unicamente a subsidiárias e outras contas a receber são igualmente devidas pelas subsidiárias. Outras contas a receber incluem igualmente ativos resultantes de contratos e adiantamentos concedidos a empregados. A Companhia monitoriza regularmente as operações das subsidiárias a fim de mitigar o risco. Até à data, a Companhia não espera qualquer perda contabilizada por perda de crédito.

O risco de liquidez é o risco de a Companhia não cumprir as suas obrigações. A Companhia recebe apoio do Governo de Timor-Leste para financiar as suas operações e espera continuar a receber este apoio no futuro. A tabela *infra* apresenta a calendarização das saídas de caixa relacionadas com responsabilidades por locações:

Período	Grupo		Companhia
	Responsabilidades por Locações	Empréstimos Obtidos	Responsabilidades por Locações
No 1º ano	501,144	-	501,144
Do 2º ano até ao 3º ano	1,072,414	-	1,072,414
Do 4º ano até ao 5º ano	1,020,729	-	1,020,729
Do 9º ano até ao 18º ano (por ano)	-	116,820,209	-

28. Locações em que o Grupo e a Companhias são locatários

(ia) Alterações no valor contabilístico dos direitos de uso de ativos

Especificação

Categoria do Direito de Uso do Ativo	Edifício do Escritório	Total
Balanço em 1 de janeiro de 2019	3,073,423	3,073,423
Acréscimos	-	-
Anulação	-	-
Depreciação	496,626	496,626
Balanço em 31 de dezembro de 2019	2,576,797	2,576,797

(ib) Alterações nas Responsabilidades por Locações

Especificação

Categoria do Direito de Uso de Ativo	Edifício do Escritório	Total
Balanço em 1 de janeiro de 2019	3,073,423	3,073,423
Custos com juros	126,232	126,232
Pagamentos de renda	605,367	605,367
Balanço em 31 de dezembro de 2019	2,594,288	2,594,288

(ii) Segregação dos passivos por locação correntes e não-correntes

Especificação

	31-Dez-19
Passivos por locações correntes	501,144
Passivos por locações não-correntes	2,093,144

(iii) Montantes reconhecidos na demonstração dos resultados

Especificação

	Grupo	Companhia
Juros de responsabilidades por locações	126,232	126,232
Gastos com locações de baixo valor	73,357	73,357

(iv) As responsabilidades por locações em 1 de janeiro de 2019 podem ser reconciliadas com os compromissos de locações operacionais em 31 de dezembro de 2018, como segue:

	Grupo	Companhia
Compromissos de locações operacionais em 31 de dezembro de 2018	3,480,850	3,480,850
Média ponderada da taxa de juro incremental em 1 de janeiro de 2019	4.5%	4.5%
Compromissos de locações operacionais descontados em 1 de janeiro de 2019	3,073,423	3,073,423

Relatório & Contas Da TIMOR GAP Para 2019

29. Hierarquia de justo valor

- i. A tabela seguinte apresenta o valor contabilístico e o justo valor dos ativos e passivos financeiros do grupo, incluindo os seus níveis na hierarquia de justo valor:

31 de dezembro de2019	Justo Valor			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros				
a) Mensurados ao custo amortizado				
Clientes	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	1,178,119	-	-	1,178,119
Empréstimos concedidos	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	-	-	478,406	478,406
	1,178,119	-	478,406	1,663,165
Passivos Financeiros				
a) Mensurados ao custo amortizado				
Empréstimos obtidos	-	-	671,612,500	671,612,500
Responsabilidades por locações	-	-	2,594,288	2,594,288
Fornecedores	-	-	6,093,195	6,093,195
Outros passivos financeiros	-	-	-	-
	-	-	680,299,983	680,299,983

31 de dezembro de 2018	Justo Valor			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros				
a) Mensurados ao custo amortizado				
Clientes	-	-	18,937	18,937
Caixa e equivalentes de caixa	2,822,389	-	-	2,822,389
Empréstimos concedidos	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	-	-	388,096	388,096
	2,822,389	-	407,033	3,229,422
Passivos Financeiros				
a) Mensurados ao custo amortizado				
Empréstimos obtidos	-	-	-	-
Responsabilidades por locações	-	-	-	-
Fornecedores	-	-	1,924,990	1,924,990
Outros passivos financeiros	-	-	3,000	3,000
	-	-	1,927,990	1,927,990

ii. A tabela seguinte apresenta o valor contabilístico e o justo valor dos ativos e passivos financeiros da companhia, incluindo os seus níveis na hierarquia de justo valor:

31 de dezembro de 2019	Justo Valor			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros				
a) Mensurados ao custo amortizado				
Clientes	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	284,902	-	-	284,902
Empréstimos concedidos	-	-	13,607,025	13,607,025
Outros ativos financeiros	-	-	490,865	490,865
	284,902	-	14,097,890	14,382,792
Passivos Financeiros				
a) Mensurados ao custo amortizado				
Responsabilidades por locações	-	-	2,594,288	2,594,288
Fornecedores	-	-	3,909,297	3,909,297
Outros passivos financeiros	-	-	13,486	13,486
	-	-	6,517,071	6,517,071

31 de dezembro de 2018	Justo Valor			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros				
a) Mensurados ao custo amortizado				
Clientes	-	-	18,937	18,937
Caixa e equivalentes de caixa	2,364,787	-	-	2,364,787
Empréstimos concedidos	-	-	9,281,491	9,281,491
Outros ativos financeiros	-	-	485,660	485,660
	2,364,787	-	9,786,088	12,150,875
Passivos Financeiros				
a) Mensurados ao custo amortizado				
Responsabilidades por locações	-	-	-	-
Fornecedores	-	-	1,899,662	1,899,662
Outros passivos financeiros	-	-	15,500	15,500
	-	-	1,915,162	1,915,162

Os investimentos de capital próprio em subsidiárias e associadas incluídos na nota nº 10 são contabilizados pelo custo de acordo com a IAS 27 "Demonstrações Financeiras Separadas" e, portanto, não é necessária a sua divulgação de acordo com a IFRS 7 "Divulgação de Instrumentos Financeiros". Portanto, o mesmo não foi divulgado na tabela *supra*.

30. Continuidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas numa base de continuidade, que pressupõe a realização de ativos e a satisfação de passivos durante o decurso normal de atividade.

O Grupo atua no negócio do desenvolvimento de reservas de hidrocarbonetos, que detêm um longo período de gestação e comercialização do produto petrolífero. Algumas das suas reservas de hidrocarbonetos encontram-se em fase avançada de exploração, avaliação e desenvolvimento do bloco de hidrocarbonetos.

A capacidade do grupo em desenvolver a sua atividade numa base de continuidade depende do apoio recebido/ a ser recebido pelo Governo da República Democrática de Timor-Leste, para continuar as suas operações e satisfazer os seus passivos. Considerando o apoio contínuo recebido/ previsto ser recebido por parte do Governo, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas numa base de continuidade.

31. Relato por Segmentos

O Grupo está organizado por unidades de negócio definidas com base no tipo de produtos vendidos e serviços prestados e detém dois segmentos de relato como segue:

- i. Hidrocarbonetos – Desenvolvimento de reservas de hidrocarbonetos e produção de hidrocarbonetos
- ii. Comercialização (trading) de combustível

Não se registam relatos por segmentos geográficos, uma vez que todos os negócios são conduzidos em Timor-Leste.

Especificação	Hidrocarbonetos		Outros		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Receitas						
Receitas do Segmento	17,145,012	12,476,342	226,983	406,175	17,371,995	12,882,517
Menos: Intersegmentos	-	-	-	-	-	-
Total das receitas	17,145,012	12,476,342	226,983	406,175	17,371,995	12,882,517
Despesas do Segmento	21,447,835	13,934,799	204,661	359,511	21,652,496	14,294,310
Menos: Intersegmentos	-	-	-	-	-	-
	21,447,835	13,934,799	204,661	359,511	21,652,496	14,294,310
Resultados do Segmento	(4,302,823)	(1,458,457)	22,322	46,664	(4,280,501)	(1,411,793)
Participação na perda de associada	(77,968)	(103,106)	-	-	(74,955)	(103,106)
Despesas fiscais (incluindo imposto diferido)					(2,609,168)	509,740
Lucro líquido	(4,380,791)	(1,561,563)	22,322	46,664	(6,964,624)	(1,005,159)
Ativos do Segmento	678,630,604	7,265,314	1,283,390	770,267	679,913,994	8,035,580
Passivos do Segmento	679,841,313	8,035,580	72,681	-	679,913,994	8,035,580

32. Aquisição de interesses participativos nos campos de petróleo do Greater Sunrise

Em 2018, o grupo celebrou um contrato com a ConocoPhillips e a Shell, da Austrália, com o propósito de adquirir os seus respetivos interesses participativos, totalizando um interesse participativo de 56.56% nos campos de petróleo do Greater Sunrise, por um valor total de \$651,677,390. A transação foi concluída durante o exercício corrente, com a data de entrada em vigor em 16 de abril de 2019.

33. Gestão de Capital

Para efeitos da gestão do capital do Grupo, o capital inclui o capital emitido e todas as outras reservas de capital próprio atribuíveis a acionistas da sociedade-mãe. O principal objetivo da gestão de capital do Grupo é:

- Salvar a sua capacidade em desenvolver a sua atividade numa base de continuidade, de modo a proporcionar continuamente um retorno aos accionistas e benefícios para outras partes interessadas (*stakeholders*), e
- Manter uma estrutura de capital ótima para reduzir o custo do capital.

O Grupo gere a sua estrutura de capital e realiza ajustamentos em conformidade com alterações na condição económica e nos requerimentos de acordos financeiros. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, o Grupo pode ajustar o pagamento de dividendos aos accionistas, retorno de capital aos accionistas ou emitir novas ações. O Grupo inclui a dívida líquida, empréstimos concedidos e empréstimos obtidos com juros, fornecedores e outras contas a pagar, menos caixa e depósitos a curto prazo.

Não foram registadas alterações nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

34. Investimento em Associada

O Grupo detém um interesse participativo de 60% na GAP-MHS Aviation, Lda, envolvida no negócio da prestação de serviços de aviação comercial de apoio à indústria *offshore* e *onshore* do petróleo e gás a operar no Mar de Timor e em Timor-Leste. A participação do Grupo na GAP MHS Aviation, Lda. é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas. A tabela seguinte ilustra as informações financeiras resumidas do investimento do Grupo na GAP MHS Aviation, Lda:

Especificação	2019	2018
Ativos Não-Correntes	-	-
Ativos Correntes	211,787	393,677
Passivos Não-Correntes	-	-
Passivos Correntes	-	56,965
Capital Próprio	211,787	336,712
Participação do Grupo no Capital Próprio - 60% (2018 : 60%)	127,071	202,026
Valor contabilístico do investimento do Grupo (Nota 10)	127,071	202,026

Especificação	2019	2018
Receitas	24,837	42,250
Despesas com benefícios do pessoal	63,105	75,215
Outras despesas	86,657	186,126
Perda antes de impostos	(124,925)	(219,091)
Despesas fiscais	-	2,282
Perda depois de impostos	(124,925)	(221,373)
Outro Rendimento Integral	-	-
Total do Rendimento Integral	(124,925)	(221,373)
Participação do Grupo na perda	(74,955)	(132,824)

Relatório & Contas Da TIMOR GAP Para 2019

A associada não tem passivo contingente a registar em 31 de dezembro de 2019 ou correspondente ao exercício anterior findo em 31 de dezembro de 2018.

35. Evento Subsequente
Liquidação da Associada - GAP-MHS Aviation, LDA

A GAP-MHS Aviation, Lda., atua no negócio da prestação de serviços de aviação comercial de apoio à indústria *offshore* e *onshore* do petróleo e gás a operar no Mar de Timor e em Timor-Leste. A associada foi dissolvida em 22 de janeiro de 2020 e obteve o Certificado de Dissolução da Companhia pela Agência de Serviços e, portanto, as suas demonstrações financeiras foram preparadas com base no valor realizável. Todos os ativos físicos foram depreciados até atingir um valor nulo para efeitos de tributação e comerciais, e a titularidade desses ativos físicos transferida para a TIMOR GAP, E.P. Os ativos correntes são dinheiro em caixa no valor de \$206,765.

36. Divulgação de entidades relacionadas
Informação sobre subsidiárias

Firma	Principal Atividade	Local de Constituição	Participação na titularidade	
			2019	2018
TIMOR GAP PSC 11-106, Unipessoal Lda	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP Oil & Gas Marine and Logistics, Unipessoal, Lda	Serviços de Apoio e Logística	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
South Horizon Offshore Services, Lda	Serviços de Apoio	República Democrática de Timor-Leste	51%	51%
TIMOR GAP Seismic Services, Unipessoal, Lda	Serviços de Levantamentos Sísmicos	República Democrática de Timor-Leste	60%	60%
TIMOR GAP OFFSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK B, Unipessoal, Lda	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK C, Unipessoal, Lda	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP Drilling & Services, Unipessoal, Lda	Serviços de perfuração	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP Chuditch, Unipessoal, Lda	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL2, Unipessoal, Lda.	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL, Unipessoal, Lda.	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%

Relatório & Contas Da TIMOR GAP Para 2019

TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-19. Unipessoal, Lda.	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-20, Unipessoal, Lda.	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%

Acordo conjunto em que a Companhia é uma empreendedora conjunta
A Companhia detém um interesse participativo de 60% na GAP - MHS Aviation, Lda (2018: 60%).

Pessoal-chave da administração:

Nome	Função
Francisco da Costa Monteiro	Presidente do Conselho de Administração e da Direção Executiva
António José Loyola de Sousa	Vice-Presidente
Domingos Lequi Siga	Diretor da Unidade de Negócios de Gás
Luís Martins	Diretor da Unidade de Desenvolvimento de Infraestruturas de Negócios
Vicente Pinto	Diretor da Unidade da Refinaria e Serviços Petrolíferos
Vicente Lacerda	Diretor da Unidade de Pesquisa & Produção
Henrique Monteiro	Diretor da Unidade de Finanças
Jacinta Paula Bernardo	Diretora da Unidade dos Serviços Corporativos
Dino Gandara Rai	Membro do Conselho de Administração
Norberta Soares da Costa	Membro do Conselho de Administração

Transações com entidades relacionadas

As seguintes transações ocorreram com entidades relacionadas:

Especificação	Grupo		Companhia	
	2019	2018	2019	2018
Empréstimos concedidos a subsidiárias				
- TIMOR GAP OFFSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda			1,700,000	1,500,000
- TIMOR GAP PSC 11-106, Unipessoal Lda			150,000	-
- TIMOR GAP ONSHORE BLOCK B, Unipessoal, Lda			361,201	-
- TIMOR GAP ONSHORE BLOCK C, Unipessoal, Lda			117,265	-
- TIMOR GAP Chuditch, Unipessoal, Lda			-	50,000
- TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL2, Unipessoal, Lda.			641,028	-
- TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL, Unipessoal, Lda.			815,859	-
-TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-19, Unipessoal, Lda.			333,196	-
-TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-20, Unipessoal, Lda.			12,307	-
- TIMOR GAP ONSHORE BLOCK , Unipessoal, Lda			449,478	-
Investimentos em subsidiárias				
- TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL2, Unipessoal, Lda.			5,000	-

Relatório & Contas Da TIMOR GAP Para 2019

- TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL, Unipessoal, Lda.			5,000	-
-TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-19, Unipessoal, Lda.			5,000	-
-TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-20, Unipessoal, Lda.			5,000	-
Pagamentos efetuados em nome de subsidiárias				
- TIMOR GAP Seismic Services, Unipessoal, Lda			210	-
Proveitos por juros obtidos de subsidiárias				
- TIMOR GAP ONSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda			44,570	-
Pagamentos recebidos de subsidiárias contra outras contas a receber				
- TIMOR GAP PSC 11-106, Unipessoal Lda			82	-
Pagamentos efetuados a subsidiárias contra outras contas a pagar				
- TIMOR GAP Seismic Services, Unipessoal, Lda			3,000	-
Despesas incorridas por subsidiárias em nome da Companhia				
- TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL, Unipessoal, Lda.			986	-
Pagamentos a pessoal-chave da administração	710,343	702,641	710,343	702,641

Os seguintes são balanços em dívida no final do período de reporte relativos a transações com entidades relacionadas:

Especificação	Grupo		Companhia	
	2019	2018	2019	2018
Outras contas a receber				
- TIMOR GAP OFFSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda			20,633	19,942
- TIMOR GAP Oil & Gas Marine and Logistics, Unipessoal, Lda			5,500	5,500
- South Horizon Offshore Services, Lda			31,869	31,869
- TIMOR GAP PSC 11-106, Unipessoal Lda			64,396	64,478
- TIMOR GAP Seismic Services, Unipessoal, Lda			410	200
- TIMOR GAP ONSHORE BLOCK , Unipessoal, Lda			75,536	74,710
Outras contas a pagar				
- TIMOR GAP Seismic Services, Unipessoal, Lda			-	3,000
- TIMOR GAP ONSHORE BLOCK B, Unipessoal, Lda			5,000	5,000
- TIMOR GAP ONSHORE BLOCK C, Unipessoal, Lda			5,000	5,000
- TIMOR GAP Drilling & Services, Unipessoal, Lda			2,500	2,500
- TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL, Unipessoal, Lda.			986	-
Empréstimos concedidos				
- TIMOR GAP OFFSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda			9,710,000	8,010,000
- TIMOR GAP PSC 11-106, Unipessoal Lda			800,116	650,115
- TIMOR GAP ONSHORE BLOCK , Unipessoal, Lda			1,035,007	840,330
- TIMOR GAP ONSHORE BLOCK B, Unipessoal, Lda			361,201	-
- TIMOR GAP ONSHORE BLOCK C, Unipessoal, Lda			117,265	-
- TIMOR GAP Chuditch, Unipessoal, Lda			50,000	50,000
- TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL2, Unipessoal, Lda.			641,028	-
- TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL, Unipessoal, Lda.			815,859	-
-TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-19, Unipessoal, Lda.			333,196	-
- TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-20, Unipessoal, Lda.			12,307	-